

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - PROPLAD
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS - CCF



RELATÓRIO CONTÁBIL DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2020

FORTALEZA(CE), FEVEREIRO DE 2021



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

SUMÁRIO

1	DECLARAÇÃO DO CONTADOR	15
2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	17
2.1	BALANÇO PATRIMONIAL	17
2.2	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	19
2.3	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	21
2.4	BALANÇO FINANCEIRO	22
2.5	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	23
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO	24
3.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR.....	24
3.2	ESTRUTURA ORGÂNICA DA REITORIA.....	24
3.2.1	<i>Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Reitor</i>	<i>24</i>
3.2.1	<i>Órgãos de Assessoramento ao Reitor</i>	<i>24</i>
3.2.2	<i>Órgãos de Planejamento e Administração</i>	<i>25</i>
3.2.3	<i>Órgãos de Atividades Específicas</i>	<i>25</i>
3.2.4	<i>Órgãos Suplementares</i>	<i>25</i>
3.3	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA.....	25
3.3.1	<i>Centros, Faculdades e Institutos.....</i>	<i>25</i>
3.3.2	<i>Unidades no Interior do Estado</i>	<i>26</i>
3.4	ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	26
4	BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	30
5	RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	31
6	NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL	35
6.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	35
6.2	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	36
6.3	VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE	36
6.4	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	36
6.5	AJUSTE PARA PERDAS - VALORES A RECEBER.....	36
6.6	AJUSTES PARA PERDAS - ESTOQUES	38
6.7	IMOBILIZADO.....	38
6.7.1	<i>Bens Móveis</i>	<i>38</i>
6.7.2	<i>Bens Imóveis.....</i>	<i>40</i>
6.7.3	<i>Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado</i>	<i>42</i>
6.8	INTANGÍVEL.....	43
6.8.1	<i>Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – Impairment.....</i>	<i>44</i>
6.8.2	<i>Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível</i>	<i>45</i>



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

6.9	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	45
6.10	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	45
6.11	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	47
6.12	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	47
6.13	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	48
7	NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	49
7.1	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	49
7.2	EXECUÇÃO DAS RECEITAS	50
7.2.1	<i>Receitas Correntes</i>	50
7.2.2	<i>Receitas de Capital</i>	51
7.3	EXECUÇÃO DAS DESPESAS	52
7.3.1	<i>Despesas Correntes</i>	52
7.3.2	<i>Despesas de Capital</i>	53
7.4	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS RESTOS A PAGAR	54
8	NOTA EXPLICATIVA SOBRE DESPESAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO À CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19.....	57
9	NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)	60
9.1	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	61
9.2	VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS.....	61
9.3	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS.....	62
9.4	PESSOAL E ENCARGOS	62
9.5	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	62
9.6	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS.....	63
9.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	63
10	NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO	63
10.1	INGRESSOS: RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....	63
10.2	INGRESSOS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS.....	64
10.3	INGRESSOS: RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	64
10.4	DISPÊNDIOS: DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS.....	65
10.5	DISPÊNDIOS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	66
10.6	DISPÊNDIOS: PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIAS.....	66
11	NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	66
11.1	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS.....	67
11.2	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: INGRESSOS – OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS.....	67
11.3	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - DESEMBOLSO: EDUCAÇÃO	67



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

11.4	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - DESEMBOLSO: PREVIDÊNCIA SOCIAL	68
11.5	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: DESEMBOLSOS – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS – INTRAGOVERNAMENTAIS	68
11.6	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: DESEMBOLSOS - AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	68



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	35
Tabela 2 - Detalhamento de Créditos a Curto Prazo.....	36
Tabela 3 - Quocientes de Recebimentos.....	37
Tabela 4 - Cálculo da Estimativa de Perda.....	37
Tabela 5 – Imobilizado	38
Tabela 6 - Bens Móveis - Composição	39
Tabela 7 - Detalhamento do grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	39
Tabela 8 - Bens Imóveis - Composição	40
Tabela 9 - Bens de Uso Especial - Composição	40
Tabela 10 - Ajustes de Exercícios Anteriores - Ativo Imobilizado	42
Tabela 11 - Intangível - Composição	44
Tabela 12 - Vida útil do Software.....	44
Tabela 13 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição	45
Tabela 14 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Unidade Gestora Contratante.....	45
Tabela 15 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Fornecedor.....	46
Tabela 16 – Movimentação da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores	47
Tabela 17 - Obrigações Contratuais - Composição.....	48
Tabela 18 - Obrigações Contratuais - por Unidade Gestora Contratante	48
Tabela 19 - Obrigações Contratuais - por Contrato.....	48
Tabela 20 - ISM Gomes de Matos Eireli - detalhamento de contratos.....	49
Tabela 21 - Previsão e Execução de Receitas e Despesas.....	50
Tabela 22 - Arrecadação de Receitas Correntes – Composição	50
Tabela 23 - Despesas Correntes – Composição.....	52
Tabela 24 – Despesas correntes - Valores empenhados por origem do orçamento	52
Tabela 25 - Valores empenhados - por outros órgãos	53
Tabela 26 - Execução de despesas de capital	53
Tabela 27 - Restos a Pagar Não Processados inscritos: origem do orçamento executado	54
Tabela 28 - Restos a Pagar Não Processados - por origem do orçamento executado	56
Tabela 29 - Restos a Pagar Não Processados inscritos - por Unidade Gestora Executora (UGE).....	56
Tabela 30 - Restos a Pagar - por Unidade Grupo de Despesa.....	57
Tabela 31 - Execução Orçamentária - Recursos da ação 21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	59
Tabela 32 - Despesas pagas na ação orçamentária 21C0 por natureza de despesas	59
Tabela 33 - Execução Orçamentária de recursos da UFC destinados ao enfrentamento da pandemia de Covid 19.....	59
Tabela 34 - Execução Orçamentária de recursos da UFC destinados ao enfrentamento da pandemia de Covid 19 por Nat. de Despesas	60
Tabela 35 - Detalhamento do saldo das contas do Grupo Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	61
Tabela 36 - Repasses recebidos em 2020	64
Tabela 37 - Despesas orçamentárias por fonte de recursos.....	65



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organograma da UFC	27
Quadro 2 - Competência das Unidades da UFC	27
Quadro 3 - Gestão da Unidades Administrativas da UFC	28
Quadro 4 - Organograma Geral da UFC	29
Quadro 5 - Unidades Acadêmicas da UFC	29



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Execução de RPNP por ano de emissão da Nota de Empenho 55



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Av. da Universidade, 2853., - Bairro Benfica, Fortaleza/CE, CEP 60020-181
Telefone: 3366 7368 e Fax: @fax_unidade@ - http://ufc.br/

DECLARAÇÃO

Processo nº 23067.005546/2021-11

Interessado: COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS (CCF_PROPLAD)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 da Universidade Federal do Ceará.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na [Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal](#) .

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

1. Manutenção de saldos alongados em contas de controle de obrigações contratuais a executar

Essas contas registram o valor dos Atos Potenciais Ativos que são apresentados no Quadro de Compensações que compõe o Balanço Patrimonial.

Uma parcela representativa dos saldos de contratos a executar refere-se a contratos já encerrados, logo, os valores apresentados no mencionado quadro, que integra o Balanço Patrimonial, não representam fielmente as parcelas a executar de contratos.

Foi solicitado junto à unidade gestora de contratos, controle administrativo dos contratos vigentes, para que se possa providenciar a conciliação de ajustes dos saldos das contas de atos potenciais.

2. Manutenção de saldos alongados em contas de transitórias de bens imóveis (obras em andamento, projetos e instalações)



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Ao final do exercício, estas contas deveriam conter apenas os valores de obras ainda não concluídas. Portanto, os valores registrados nestas contas transitórias, que compõem o item bens imóveis do ativo imobilizado, não refletem a realidade, por conterem valores de obras já concluídas. Esta inconsistência também acarreta a subavaliação do item bens de uso especial no grupo bens imóveis.

Uma parcela relevante dos valores registrados em contas transitórias de bens imóveis refere-se a obras já concluídas, porém, ainda não foram adotadas as providências para baixa dos valores das contas transitórias e registro nas contas definitivas de bens imóveis.

Foi solicitado junto à Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental, o envio das informações necessárias para realização da baixa das contas transitórias e o registro nas contas definitivas de bens imóveis, feito por meio do SPIUNET.

Fortaleza-CE, 28 de janeiro de 2021.

Samuel Cavalcante Mota

Contador

CRC-CE:019065/O

Coordenadoria de Contabilidade e Finanças

Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD

Universidade Federal do Ceará



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL CAVALCANTE MOTA, Assessor Técnico**, em 10/02/2021, às 08:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orga_o_acesso_externo=0, informando o código verificador **1788456** e o código CRC **0E175966**.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	125.728.011,44	151.053.710,29	PASSIVO CIRCULANTE	286.399.324,46	325.841.253,10
Caixa e Equivalentes de Caixa 6.1	112.168.849,13	122.989.645,78	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo 6.9	105.641.894,27	126.598.798,48
Créditos a Curto Prazo 6.2	8.382.023,24	23.129.202,18	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo 6.10	6.037.905,71	4.187.446,60
Demais Créditos e Valores	9.063.107,44	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	90,09	90,09
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo 6.5	-681.084,20	-	Demais Obrigações a Curto Prazo 6.11	174.719.434,39	195.054.917,93
Estoques 6.6	5.137.388,82	4.934.624,02			
VPDs Pagas Antecipadamente 6.3	39.750,25	238,31			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.029.184.914,39	1.037.410.380,32	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.273.958,90	2.051.946,03
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.625,74	375.588,00	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	3.272.732,86	2.042.273,52
Créditos a Longo Prazo 6.4	5.625,74	375.588,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	1.226,04	9.672,51
Dívida Ativa Não Tributária	4.935.914,62	5.060.257,92			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo 6.5	-4.930.288,88	-4.684.669,92			
Imobilizado 6.7	1.028.519.315,29	1.036.360.921,20	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	289.673.283,36	327.893.199,13
Bens Móveis 6.7.1	243.657.914,45	257.767.886,10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens Móveis	340.583.455,14	344.942.231,71	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-96.925.540,69	-87.174.345,61	Resultados Acumulados	865.239.642,47	860.570.891,48
Bens Imóveis 6.7.2	784.861.400,84	778.593.035,10	Resultado do Exercício	19.882.206,87	-236.810.497,01
Bens Imóveis	802.915.833,84	794.905.456,58	Resultados de Exercícios Anteriores	860.570.891,48	1.016.956.270,61
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-18.054.433,00	-16.312.421,48	Ajustes de Exercícios Anteriores 6.12	-15.213.455,88	80.425.117,88
Intangível 6.8	659.973,36	673.871,12	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	865.239.642,47	860.570.891,48
Softwares	659.973,36	673.871,12			
Softwares	696.374,10	694.574,18			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-36.400,74	-20.703,06			
TOTAL DO ATIVO	1.154.912.925,83	1.188.464.090,61	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.154.912.925,83	1.188.464.090,61



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	112.168.849,13	122.989.645,78	PASSIVO FINANCEIRO	189.401.196,05	178.320.133,57
ATIVO PERMANENTE	1.042.744.076,70	1.065.474.444,83	PASSIVO PERMANENTE	185.850.658,37	221.280.976,51
			SALDO PATRIMONIAL	779.661.071,41	788.862.980,53

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	141.712.017,48	116.639.028,58	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	316.918.558,41	291.819.692,60
Atos Potenciais Ativos	141.712.017,48	116.639.028,58	Atos Potenciais Passivos	316.918.558,41	291.819.692,60
Garantias e Contragarantias Recebidas	10.526.651,93	8.687.568,30	Obrigações Contratuais 6.13	316.918.558,41	291.819.692,60
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	121.332.601,17	101.240.788,35			
Direitos Contratuais	9.852.764,38	6.710.671,93			
TOTAL	141.712.017,48	116.639.028,58	TOTAL	316.918.558,41	291.819.692,60

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-32.815.453,53
Recursos Vinculados	-44.416.893,39
Educação	-15.582.971,46
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-9.300.874,19
Dívida Pública	-15.277.052,88
Alienação de Bens e Direitos	870.546,39
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-5.126.541,25
TOTAL	-77.232.346,92

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

2.2 Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES 7.2.1	6.487.416,00	6.487.416,00	5.613.583,88	-873.832,12
Receita Patrimonial	1.461.179,00	1.461.179,00	1.010.084,65	-451.094,35
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.461.179,00	1.461.179,00	1.010.084,65	-451.094,35
Receita Agropecuária	3.725,00	3.725,00	3.782,97	57,97
Receitas de Serviços	5.001.508,00	5.001.508,00	2.343.724,84	-2.657.783,16
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.001.508,00	5.001.508,00	2.343.724,84	-2.657.783,16
Outras Receitas Correntes	21.004,00	21.004,00	2.255.991,42	2.234.987,42
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	13.022,00	13.022,00	233.056,41	220.034,41
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	2.022.935,01	2.022.935,01
Demais Receitas Correntes	7.982,00	7.982,00	-	-7.982,00
RECEITAS DE CAPITAL 7.2.2	145.724.932,00	145.724.932,00	638.300,00	-145.086.632,00
Operações de Crédito	145.519.893,00	145.519.893,00	-	-145.519.893,00
Operações de Crédito Internas	145.519.893,00	145.519.893,00	-	-145.519.893,00
Alienação de Bens	205.039,00	205.039,00	638.300,00	433.261,00
Alienação de Bens Móveis	205.039,00	205.039,00	638.300,00	433.261,00
SUBTOTAL DE RECEITAS	152.212.348,00	152.212.348,00	6.251.883,88	-145.960.464,12
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	152.212.348,00	152.212.348,00	6.251.883,88	-145.960.464,12
DEFICIT 7.1			1.723.797.959,26	1.723.797.959,26
TOTAL	152.212.348,00	152.212.348,00	1.730.049.843,14	1.577.837.495,14

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES 7.3.1	1.595.384.473,00	1.672.009.039,00	1.703.791.776,89	1.654.387.299,45	1.556.275.399,39	-31.782.737,89
Pessoal e Encargos Sociais	1.402.700.690,00	1.491.135.227,00	1.472.071.654,22	1.471.807.741,84	1.379.953.953,65	19.063.572,78
Outras Despesas Correntes	192.683.783,00	180.873.812,00	231.720.122,67	182.579.557,61	176.321.445,74	-50.846.310,67
DESPESAS DE CAPITAL 7.3.2	27.357.835,00	21.987.950,00	26.258.066,25	4.501.778,16	4.420.760,88	-4.270.116,25
Investimentos	27.357.835,00	21.987.950,00	26.258.066,25	4.501.778,16	4.420.760,88	-4.270.116,25
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.622.742.308,00	1.693.996.989,00	1.730.049.843,14	1.658.889.077,61	1.560.696.160,27	-36.052.854,14
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.622.742.308,00	1.693.996.989,00	1.730.049.843,14	1.658.889.077,61	1.560.696.160,27	-36.052.854,14
TOTAL	1.622.742.308,00	1.693.996.989,00	1.730.049.843,14	1.658.889.077,61	1.560.696.160,27	-36.052.854,14



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES 7.4	15.194.991,82	37.104.295,78	27.466.986,00	26.841.715,63	11.816.214,88	13.641.357,09
Pessoal e Encargos Sociais	2.782,88	-	-	-	2.782,88	-
Outras Despesas Correntes	15.192.208,94	37.104.295,78	27.466.986,00	26.841.715,63	11.813.432,00	13.641.357,09
DESPESAS DE CAPITAL	7.321.997,32	12.256.678,86	13.028.265,57	12.977.457,82	1.884.950,91	4.716.267,45
Investimentos	7.321.997,32	12.256.678,86	13.028.265,57	12.977.457,82	1.884.950,91	4.716.267,45
TOTAL	22.516.989,14	49.360.974,64	40.495.251,57	39.819.173,45	13.701.165,79	18.357.624,54

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	949.150,94	103.206.871,46	103.791.890,97	49.102,84	315.028,59
Pessoal e Encargos Sociais	12.017,72	96.552.335,90	96.552.335,90	6.202,84	5.814,88
Outras Despesas Correntes	937.133,22	6.654.535,56	7.239.555,07	42.900,00	309.213,71
DESPESAS DE CAPITAL	1.415.054,87	227.836,65	227.836,65	643.992,30	771.062,57
Investimentos	1.415.054,87	227.836,65	227.836,65	643.992,30	771.062,57
TOTAL	2.364.205,81	103.434.708,11	104.019.727,62	693.095,14	1.086.091,16

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

2.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.056.523.790,42	2.170.441.937,87
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.342.956,36	6.526.765,48
Venda de Mercadorias	3.782,97	1.448,84
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	3.339.173,39	6.525.316,64
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.641,22	11.361,38
Juros e Encargos de Mora	160,82	6.876,12
Variações Monetárias e Cambiais	1.480,40	4.485,26
Transferências e Delegações Recebidas 8.1	1.960.145.613,35	2.026.857.443,24
Transferências Intragovernamentais	1.931.641.188,72	2.019.004.312,06
Outras Transferências e Delegações Recebidas	28.504.424,63	7.853.131,18
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos 8.2	87.657.084,26	134.821.679,56
Reavaliação de Ativos	3.105.802,28	4.838.409,97
Ganhos com Alienação	61.716,95	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.586.639,45	31.495.573,70
Ganhos com Desincorporação de Passivos	80.902.925,58	98.487.695,89
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas 8.3	5.376.495,23	2.224.688,21
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	785.647,96	525.812,11
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.590.847,27	1.698.876,10
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.036.641.583,55	2.407.252.434,88
Pessoal e Encargos 8.4	928.968.287,83	948.431.613,35
Remuneração a Pessoal	732.212.133,88	761.899.283,96
Encargos Patronais	163.528.821,60	140.407.230,57
Benefícios a Pessoal	32.879.732,35	45.636.698,82
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	347.600,00	488.400,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais 8.5	587.045.507,98	552.511.915,75
Aposentadorias e Reformas	460.328.507,74	439.983.841,01
Pensões	114.224.751,58	111.791.070,15
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12.492.248,66	737.004,59
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	144.410.804,55	247.258.737,41
Uso de Material de Consumo	30.449.618,83	43.309.800,34
Serviços	98.288.092,03	180.485.245,04
Depreciação, Amortização e Exaustão	15.673.093,69	23.463.692,03
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.148,74	47.288,01
Juros e Encargos de Mora	2.148,74	47.288,01
Transferências e Delegações Concedidas 8.6	252.069.016,49	306.284.613,00
Transferências Intragovernamentais	246.637.995,62	243.104.116,10
Transferências a Instituições Privadas	92.252,56	92.766,86
Outras Transferências e Delegações Concedidas	5.338.768,31	63.087.730,04
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos 8.7	66.119.974,20	304.548.157,83
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	445.784,69	598.306,59
Perdas com Alienação	1.084.568,74	439.634,35
Perdas Involuntárias	55.070,38	81.637,65
Incorporação de Passivos	56.612.968,34	272.775.406,61
Desincorporação de Ativos	7.921.582,05	30.653.172,63
Tributárias	3.794.279,18	3.705.040,82
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.908,82	7.423,24
Contribuições	3.782.370,36	3.697.617,58
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	54.231.564,58	44.465.068,71
Incentivos	54.229.563,45	44.442.930,50
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.001,13	22.138,21
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	19.882.206,87	-236.810.497,01

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

2.4 Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias 9.1	6.251.883,88	6.954.557,64	Despesas Orçamentárias 9.4	1.730.049.843,14	1.763.191.868,03
Ordinárias	-	-	Ordinárias	820.119.319,09	1.359.665.146,56
Vinculadas	6.337.953,98	7.002.940,99	Vinculadas	909.930.524,05	403.526.721,47
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	65.034.043,46	12.323.923,85
Alienação de Bens e Direitos	638.300,00	117.700,00	Seguridade Social (Exceto Previdência)	368.904.325,52	83.485.256,42
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.699.653,98	6.885.240,99	Previdência Social (RPPS)	266.142.355,26	258.054.132,90
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-86.070,10	-48.383,35	Receitas Financeiras		1.269.025,16
			Dívida Pública	162.214.008,11	
			Alienação de Bens e Direitos	205.039,00	
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	47.430.752,70	48.394.383,14
Transferências Financeiras Recebidas 9.2	1.931.641.188,72	2.019.004.312,06	Transferências Financeiras Concedidas 9.5	246.637.995,62	243.104.116,10
Resultantes da Execução Orçamentária	1.889.776.851,90	1.946.593.684,82	Resultantes da Execução Orçamentária	232.199.481,74	231.239.738,96
Repasso Recebido	1.657.581.645,68	1.716.433.226,85	Repasso Concedido	4.275,52	9.280,99
Sub-repasso Recebido	232.195.206,22	230.160.457,97	Sub-repasso Concedido	232.195.206,22	230.160.457,97
Independentes da Execução Orçamentária	41.864.336,82	72.410.627,24	Repasso Devolvido		1.070.000,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	40.209.532,27	70.289.545,63	Independentes da Execução Orçamentária	14.438.513,88	11.864.377,14
Demais Transferências Recebidas	3.763,83		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	10.531.056,72	8.015.084,69
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.651.040,72	2.121.081,61	Demais Transferências Concedidas	1.389.438,71	2.482.266,17
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.518.018,45	1.367.026,28
Recebimentos Extraorçamentários 9.3	172.973.337,08	158.065.205,13	Pagamentos Extraorçamentários 9.6	144.999.367,57	185.073.100,54
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	98.192.917,34	103.125.761,79	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	104.019.727,62	117.532.777,02
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	71.160.765,53	49.360.974,64	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	39.819.173,45	63.509.986,93
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.106.875,81	4.247.145,67	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.142.093,15	4.030.336,59
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.512.778,40	1.331.323,03	Outros Pagamentos Extraorçamentários	18.373,35	-
Passivos Transferidos	14.132,30		Demais Pagamentos	18.373,35	
Arrecadação de Outra Unidade	2.498.646,10	1.331.323,03			
Saldo do Exercício Anterior	122.989.645,78	130.334.655,62	Saldo para o Exercício Seguinte	112.168.849,13	122.989.645,78
Caixa e Equivalentes de Caixa	122.989.645,78	130.334.655,62	Caixa e Equivalentes de Caixa	112.168.849,13	122.989.645,78
TOTAL	2.233.856.055,46	2.314.358.730,45	TOTAL	2.233.856.055,46	2.314.358.730,45

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.166.958,70	25.080.304,29
INGRESSOS	1.940.874.426,81	2.031.419.638,40
Receita Patrimonial	1.010.084,65	1.334.398,74
Receita Agropecuária	3.782,97	1.448,84
Receita de Serviços	2.343.724,84	5.191.123,12
Outras Receitas Derivadas e Originárias 10.2	2.255.991,42	309.886,94
Outros Ingressos Operacionais	1.935.260.842,93	2.024.582.780,76
Ingressos Extraorçamentários	1.106.875,81	4.247.145,67
Passivos Transferidos	14.132,30	
Transferências Financeiras Recebidas 10.1	1.931.641.188,72	2.019.004.312,06
Arrecadação de Outra Unidade	2.498.646,10	1.331.323,03
DESEMBOLSOS	-1.934.707.468,11	-2.006.339.334,11
Pessoal e Demais Despesas	-1.521.471.304,25	-1.615.956.193,77
Segurança Pública	-4.803.889,59	-3.448.251,31
Assistência Social	-141.875,16	-393.713,79
Previdência Social 10.4	-568.774.264,93	-554.109.485,54
Saúde	-6.652.800,83	-91.494.040,90
Educação 10.3	-939.703.152,39	-964.030.393,14
Direitos da Cidadania	-589.504,14	-1.336.752,14
Gestão Ambiental	-610.725,23	-1.001.977,96
Ciência e Tecnologia	-132.657,10	-65.259,48
Indústria	-	-4.727,62
Encargos Especiais	-62.434,88	-71.591,89
Transferências Concedidas 10.5	-165.437.701,74	-143.248.687,65
Intragovernamentais	-165.346.494,18	-143.149.105,09
Outras Transferências Concedidas	-91.207,56	-99.582,56
Outros Desembolsos Operacionais	-247.798.462,12	-247.134.452,69
Dispêndios Extraorçamentários	-1.142.093,15	-4.030.336,59
Transferências Financeiras Concedidas	-246.637.995,62	-243.104.116,10
Demais Pagamentos	-18.373,35	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-16.987.755,35	-32.425.314,13
INGRESSOS	638.300,00	117.700,00
Alienação de Bens	638.300,00	117.700,00
DESEMBOLSOS	-17.626.055,35	-32.543.014,13
Aquisição de Ativo Não Circulante 10.6	-16.528.332,47	-32.517.474,39
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.097.722,88	-25.539,74
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-10.820.796,65	-7.345.009,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	122.989.645,78	130.334.655,62
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	112.168.849,13	122.989.645,78

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A Universidade Federal do Ceará (UFC), criada em 1954, é uma instituição federal de ensino superior, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação.

A UFC é regida administrativa e juridicamente de acordo com seu Estatuto, Regimento Geral e Regimento Interno de suas diversas unidades. A administração e coordenação das atividades universitárias são exercidas em dois níveis:

Administração Superior e Administração Acadêmica.

3.1 Administração Superior

A Administração Superior da Universidade é exercida através dos seguintes órgãos:

- Conselho Universitário (CONSUNI): O Conselho Universitário (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão superior deliberativo e consultivo para traçar a política universitária e decidir em matéria de administração, inclusive gestão econômico-financeira;
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE): O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão superior deliberativo e consultivo da Universidade, em matéria de ensino, pesquisa e extensão;
- Conselho de Curadores: O Conselho de Curadores (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão com atribuições de fiscalização econômico-financeira;
- Reitoria: Órgão Superior executivo que tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar as atividades de administração em geral, de planejamento, de assuntos estudantis, de graduação, de pós-graduação, de pesquisa e de extensão no âmbito da Universidade.

3.2 Estrutura Orgânica da Reitoria

3.2.1 Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Reitor

- Gabinete
- Procuradoria Geral

3.2.1 Órgãos de Assessoramento ao Reitor

- Auditoria Geral
- Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional
- Coordenadoria de Concursos
- Ouvidoria Geral



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

- Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores

3.2.2 Órgãos de Planejamento e Administração

- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
- Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
- Superintendência de Hospitais Universitários
- Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental

3.2.3 Órgãos de Atividades Específicas

- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
- Pró-Reitoria de Extensão
- Pró-Reitoria de Graduação
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

3.2.4 Órgãos Suplementares

- Biblioteca Universitária
- Memorial da UFC
- Museu de Arte
- Seara da Ciência
- Secretaria de Acessibilidade
- Secretaria de Cultura Artística
- Secretaria de Tecnologia da Informação
- Secretaria de Governança

3.3 Administração Acadêmica

Os departamentos são coordenados por unidades, com a denominação de Centros ou Faculdades. Os departamentos constituem a menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científico, bem como de distribuição de pessoal, exceto nos casos dos campi de Sobral, Quixadá, Russas, Crateús e dos Institutos de Ciências do Mar (LABOMAR), Cultura e Arte (ICA), Universidade Virtual (UFC Virtual) e de Educação Física e Esportes (IEFES), nos quais as unidades acadêmicas são constituídas pelas coordenações dos cursos.

3.3.1 Centros, Faculdades e Institutos

- Centro de Ciências
- Centro de Ciências Agrárias
- Centro de Humanidades
- Centro de Tecnologia
- Faculdade de Direito



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

- Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade
- Faculdade de Educação
- Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem
- Faculdade de Medicina
- Instituto de Ciências do Mar
- Instituto de Cultura e Arte
- Instituto de Educação Física e Esportes
- Instituto Universidade Virtual

3.3.2 Unidades no Interior do Estado

- Campus da UFC em Crateús
- Campus da UFC em Quixadá
- Campus da UFC em Russas
- Campus da UFC em Sobral
- A Administração Superior criou uma estrutura acadêmico-administrativa diferenciada nas unidades acadêmicas do Interior do Estado. A opção foi de não criar departamentos; portanto, as unidades acadêmicas são os próprios campi, constituídos pelas coordenações dos cursos existentes.
- A administração dos campi do Interior do Estado, dos institutos e dos centros ou faculdades é exercida pelos seguintes órgãos:
 - Conselho do Campus (Unidades do Interior do Estado)
 - Conselho de Centro ou Conselho Departamental (nas Faculdades)
 - Diretoria
 - Vice - Diretoria
 - Secretaria
 - Coordenação de Cursos de Graduação
 - Coordenação de Cursos de Pós-Graduação

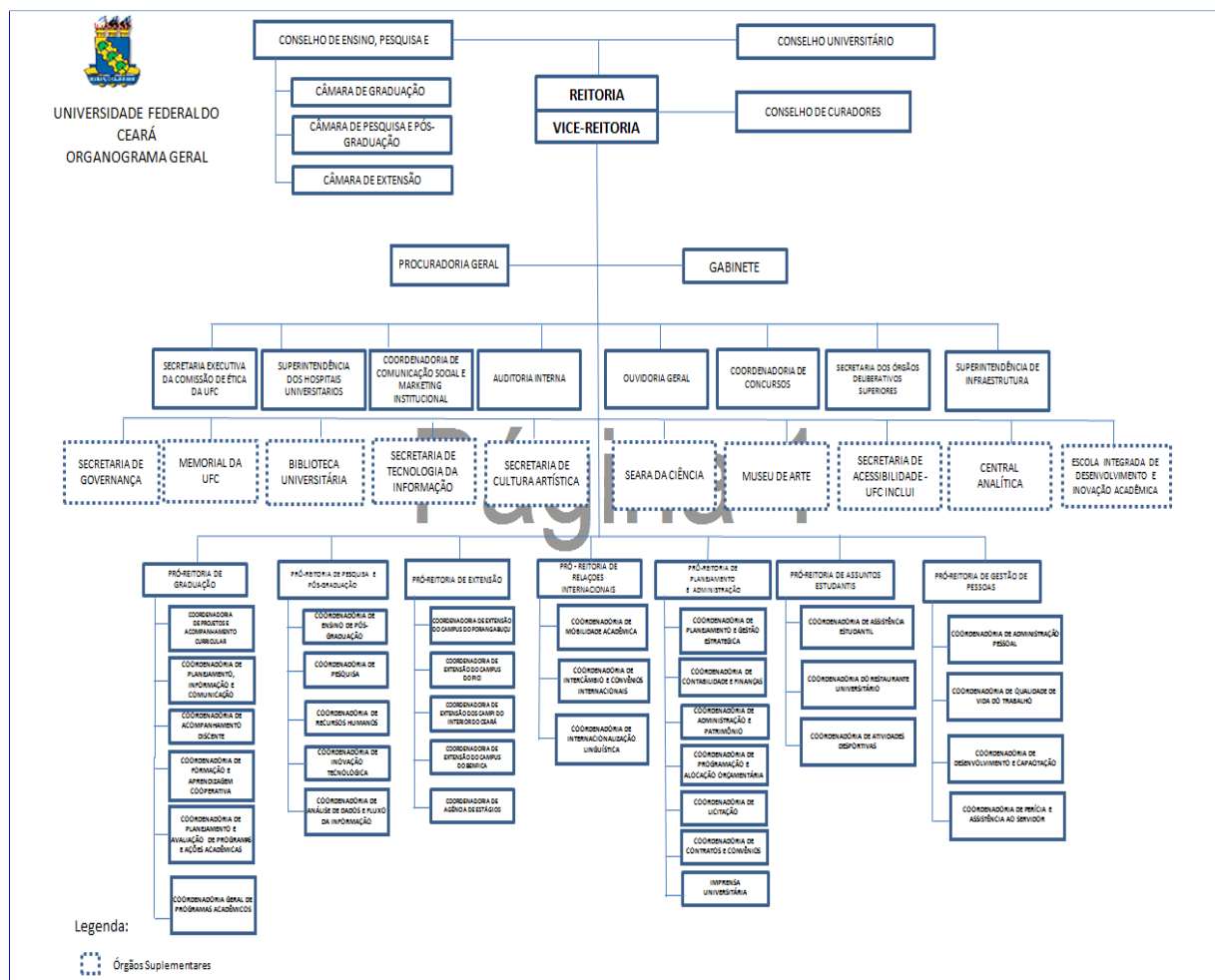
3.4 Organograma Funcional

Em relação ao organograma funcional, apresentam-se abaixo os organogramas relativos às unidades administrativas e às unidades acadêmicas, em separado. Quanto às atribuições e competências das subunidades da UFC são descritas no Regimento da Reitoria. Trata-se o Regimento da Reitoria de documento oficial da Instituição disponibilizado no *link*: http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/regimento_reitoria/regimento_reitoria.pdf



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Quadro 1 - Organograma da UFC



De acordo com a Seção IV, do Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Administrativas:

"Art. 28. A UFC terá 7 (sete) Pró-Reitorias destinadas a atuação nas áreas a seguir discriminadas"

Quadro 2 - Competência das Unidades da UFC

Unidades	Competências	Titular	Cargo
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Compete promover e assistir a comunidade estudantil em toda sua plenitude e planejar, gerir e executar os programas assistenciais dirigidos a essa comunidade, através das atividades desenvolvidas.	Profa. Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire	Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
Pró-Reitoria de Extensão	Compete promover, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades de extensão da Universidade Federal do Ceará.	Profa. Elizabeth De Francesco Daher	Pró-Reitora de Extensão
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Compete planejar, coordenar, supervisionar, acompanhar e controlar todas as atividades inerentes à administração e desenvolvimento de recursos humanos da Universidade Federal do Ceará	Prof. Marcus Vinicius Veras Machado	Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Pró-Reitoria de Graduação	Compete programar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades inerentes à formação de graduação, garantindo sempre a articulação com as Coordenações dos Cursos, Departamentos e Unidades Acadêmicas	Profa. Ana Paula de Medeiros Ribeiro	Pró-Reitora de Graduação
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Compete programar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de Pesquisa e Pós-	Pró-Reitor: Prof. Jorge Herbert Soares de Lira	Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Unidades	Competências	Titular	Cargo
	Graduação no âmbito da Universidade, através das seguintes unidades.		
Pró-Reitoria de Relações Internacionais	Compete promover e coordenar as relações da Universidade com instituições estrangeiras de educação, ciência e cultura, bem como oferecer o suporte necessário à execução de convênios e acordos internacionais através das atividades desenvolvidas pelas unidades que lhe são subordinadas.	Prof. Augusto Teixeira de Albuquerque	Pró-Reitor de Relações Internacionais
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração	Elaborar gestão e avaliação do planejamento, orçamento, modernização administrativa, estatística e informática. A gestão do orçamento se dá por meio da execução orçamentária destinada ao atendimento das demandas das unidades acadêmicas e demais unidades administrativas, abrigando, ainda, gestão de contratos firmados com terceiros e a Imprensa Universitária (IU).	Prof. Almir Bittencourt da Silva	Pró-Reitor de Planejamento e Administração

De acordo com o Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Administrativas:

Quadro 3 - Gestão da Unidades Administrativas da UFC

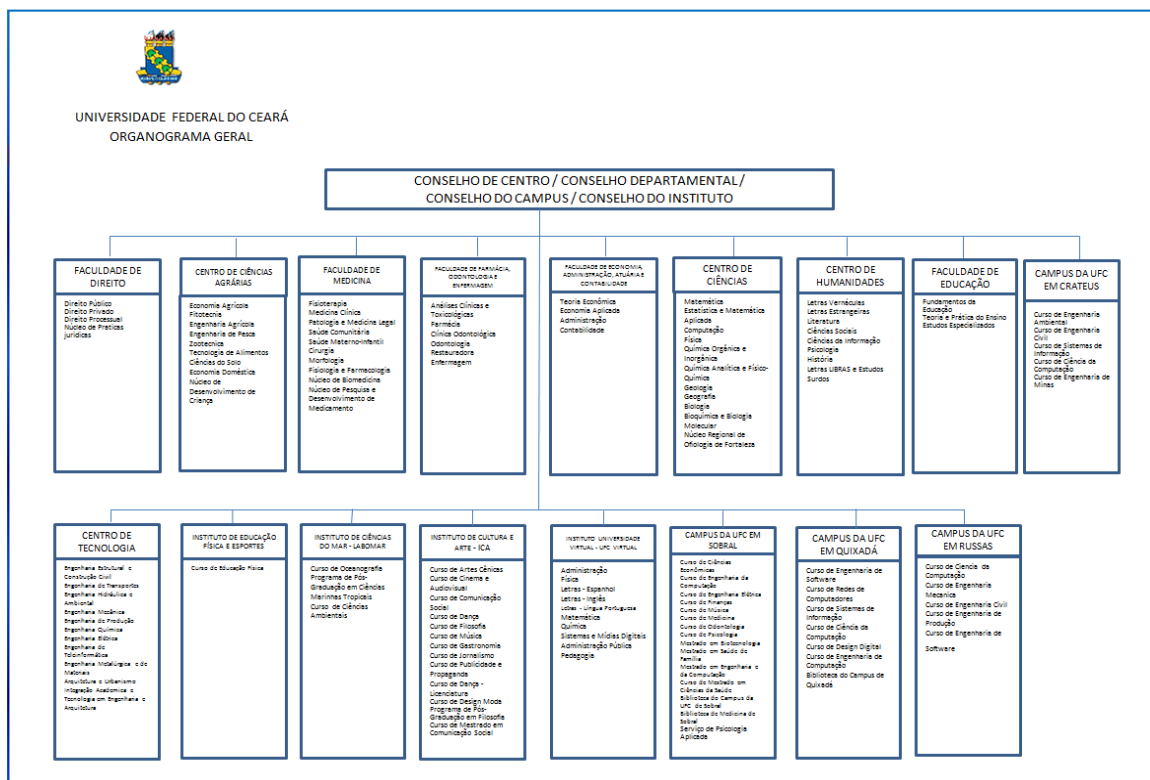
Unidades	Competências	Titular	Cargo
Superintendência dos Hospitais Universitários	-	Prof. Carlos Augusto A. Junior	Superintendente dos Hospitais Universitários
Superintendência de Infraestrutura	Compete supervisionar, coordenar, gerir e controlar as atividades relacionadas com projetos, obras, manutenção, recuperação e atividades auxiliares no âmbito da Universidade.	Prof. José Ademar Gondim Vasconcelos	Superintendente de Infraestrutura
Biblioteca Universitária	Compete prover a Universidade Federal do Ceará de um sistema central de informação, de forma a proporcionar serviços biblioteconômicos e documentais eficientes que possibilitem o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Francisco Jonatan Soares	Diretor da Biblioteca Universitária
Memorial da UFC	Tem por missão coletar, produzir, registrar a história e memória da Universidade Federal do Ceará, com a finalidade de preservá-las e difundi-las garantindo o acesso da sociedade ao patrimônio universitário de forma compartilhada.	Gerda de Souza Holanda	Coordenadora de Memorial da UFC
Museu de Arte	Compete programar, dirigir e desenvolver atividades no campo das artes plásticas, no âmbito da UFC, objetivando a preservação, enriquecimento e difusão do seu acervo de produções artísticas e estimulando a participação da comunidade no que diz respeito à produção e à preservação cultural a partir de uma política educativa - cultural permanente, voltada para a valorização dos bens culturais regionais.	Graciele Karine Siqueira	Diretora do Museu de Arte
Seara da Ciência	Compete fazer a divulgação científica e tecnológica da Universidade Federal do Ceará. Procura estimular a curiosidade pela ciência, cultura e tecnologia, mostrando suas relações com o cotidiano e promovendo a interdisciplinaridade entre as diversas áreas do conhecimento.	Prof. Marcus Raimundo Vale	Diretor da Seara da Ciência
Secretaria de Acessibilidade	Compete elaborar, executar e gerenciar ações e pesquisas realizadas na área de acessibilidade	Prof.ª Vanda Magalhães Leitão	Diretora Secretária da Acessibilidade



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Unidades	Competências	Titular	Cargo
Secretaria de Cultura Artística	Compete elaborar, executar e gerenciar as iniciativas relacionadas à Política de Cultura Artística definida para a instituição, incentivando, apoiando e avaliando ações e projetos artísticos culturais propostos pela comunidade universitária.	Prof. Elvis de Azevedo Matos	Diretor da Secretaria de Cultura Artística
Secretaria de Tecnologia da Informação	Compete sistematizar, orientar, coordenar, desenvolver, manter, operar e controlar as atividades de processamento de dados, bem como avaliar seu desempenho.	Prof. Edgar Marçal de Barros Filho	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação

Quadro 4 - Organograma Geral da UFC



De acordo com a Seção II, do Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Acadêmicas:

"Art. 31. A Diretoria será o órgão executivo encarregado de superintender, coordenar e fiscalizar as atividades de cada Centro ou Faculdade."

Quadro 5 - Unidades Acadêmicas da UFC

Unidades	Titular	Cargo
Centro de Ciências	Prof. Regina Célia Monteiro de Paula	Diretora do Centro de Ciências
Centro de Ciências Agrárias	Prof.ª Sônia Maria Pinheiro de Oliveira	Diretor do Centro de Ciências Agrárias
Centro de Humanidades	Prof. Cicero Anastácio Araújo de Miranda	Diretor do Centro de Humanidades
Centro de Tecnologia	Prof. Carlos Almir Monteiro de Holanda	Diretor do Centro de Tecnologia
Faculdade de Direito	Prof. Maurício Feijó Benevides de Magalhães Filho	Diretor da Faculdade de Direito
Faculdade de Economia, Administração, Atuaria, Contabilidade e Secretariado Executivo	Prof. Paulo Rogério Faustino Matos	Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Atuaria, Contabilidade e Secretariado Executivo



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Faculdade de Educação	Prof.ª Heulália Charalo Rafante	Diretora da Faculdade de Educação
Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem	Prof.ª Lidiany Karla Azevedo Rodrigues Gerage	Diretora da Faculdade de Farmácia, Odontologia, e Enfermagem
Faculdade de Medicina	Prof.ª João Macedo Coelho Filho	Diretor da Faculdade de Medicina
Campus de Sobral	Prof. João Guilherme Nogueira Matias	Diretor do Campus de Sobral
Campus de Quixadá	Prof. Andréia Libório Sampaio	Diretora do Campus de Quixadá
Campus de Crateús	Lívio Antônio Melo Freire	Diretor do Campus de Crateús
Campus de Russas	Prof. Lindberg Lima Gonçalves	Diretor do Campus de Russas
Instituto de Ciências do Mar	Prof.ª Ozílea Bezerra Menezes	Diretora do Instituto de Ciências do Mar
Instituto de Cultura e Arte	Prof. Marco Túlio Ferreira da Costa	Diretor do Instituto de Cultura e Arte
Instituto de Educação Física e Esportes	Profa. Maria Eleni Henrique da Silva	Diretora do Instituto de Educação Física e Esportes
Instituto Universidade Virtual - UFC Virtual	Prof. Gabriel Antoine Louis Paillard	Diretor do Instituto Universidade Virtual -UFC Virtual

4 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As **Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal do Ceará (UFC)** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis (DCON) consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal do Ceará, do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

5 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e, por consequência, na UFC, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

e) Estoques



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

m) Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

n) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

n.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

n.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

n.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da UFC.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas (NE), podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

6 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens do Balanço Patrimonial (BP) levando em conta as variações mais relevantes durante o exercício de 2020 em relação ao exercício anterior, bem como informações específicas sobre o Ativo Imobilizado, Ativo Intangível, Ajustes para Perdas, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Contratuais e Ajustes de Exercícios Anteriores.

6.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O valor disponível a que os órgãos têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil para atender às despesas está registrado na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, que contém o montante/limite à disposição dos órgãos (inclusive, os valores decorrentes de arrecadação própria).

O total da conta Caixa é apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro (do lado dos Dispêndios no item Saldo para o Exercício Seguinte), como também na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no item Caixa e Equivalente de Caixa Final.

A variação entre o saldo apresentado no encerramento do exercício de 2019 e no encerramento do exercício de 2020 consiste em uma redução de 8,80%, conforme Tabela 1. Cabe ressaltar que aproximadamente 87% do valor disponível em 31/12/2020 é referente a recursos já comprometidos com pagamentos que foram realizados no primeiro dia útil de 2021. Estes pagamentos são referentes, principalmente, à folha de pessoal do mês de dezembro/2020;

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	112.168.849,13	122.989.645,78	-8,80%

Fonte: SIAFI 2019 e SIAFI 2020



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

6.2 Créditos a curto Prazo

Os créditos a receber de curto prazo apresentaram valores 64% inferiores ao final do exercício de 2020, quando comparado com o saldo final do exercício 2019. Esta redução decorre, basicamente, do fato de que em 2020; houve uma redução dos valores referentes à adiantamento de 13º salário, adiantamento de 1/3 de férias e adiantamento de salário em função de férias; quando comparado ao final do exercício de 2019, conforme demonstrado na Tabela 02.

Tabela 2 - Detalhamento de Créditos a Curto Prazo

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV(%)
13 Salário - Adiantamento	4.777.854,37	7.236.138,45	-33,97%	57,00%
Adiantamento de Férias	537.363,94	9.582.784,40	-94,39%	6,41%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	774.374,78	2.155.872,86	-64,08%	9,24%
Adiantamento a Prestadores de Serviços	1.858.147,28	2.959.074,35	-37,21%	22,17%
Demais	434.282,87	1.195.332,12	-63,67%	5,18%
Total	8.382.023,24	23.129.202,18	-63,76%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2020 e SIAFI, 2019

6.3 VPDs Pagas Antecipadamente

O valor de R\$ 39.750,25 registrado nesse grupo é referente ao pagamento feito antecipadamente no âmbito do [Contrato nº 27/2020](#), cujo objeto é a “contratação de ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública através do acesso via internet”. A vigência do contrato é de 20/07/2020 a 20/07/2021 e o pagamento foi feito em parcela única no mês de agosto de 2020. Como o pagamento foi efetuado de forma antecipada à ocorrência da despesa, em obediência ao princípio da competência, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) são reconhecidas mensalmente. Assim, à medida que o valor desse grupo de contas vai sendo baixado, é registrada como contrapartida uma VPD.

6.4 Créditos a longo prazo

O saldo de créditos a longo prazo ao final do exercício de 2020 apresentou um decréscimo de 98,50% quando comparado com o saldo ao final do exercício de 2019. Este decréscimo é referente a revisão dos valores de Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo. O detalhamento do cálculo do ajuste para perdas pode ser consultado na Nota Explicativa 6.5 – Ajustes para Perdas – Valores a Receber.

6.5 Ajuste para perdas - Valores a Receber

Conforme recomendação do Manual SIAFI – Macrofunção 020342, os ajustes para perdas estimadas em créditos a receber são calculados tendo como base o histórico de recebimentos passados. O cálculo foi individualizado por conta contábil. Nesta metodologia, a perda estimada é



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se esse resultado do saldo atualizado da conta valores a receber.

A equação que representa o cálculo da Perda Estimada é

$$\text{Perda Estimada} = \text{Saldo de valores a receber} - (\text{Quociente médio de recebimentos} \times \text{Saldo da contas valores a receber})$$

A seguir, são apresentadas tabelas com a memória de cálculo da perda estimada. Utilizou-se o histórico de recebimentos dos anos de 2017, 2018 e 2019. Para algumas contas, por não haver movimentação em todos os últimos três exercícios, utilizou-se o histórico do período em que a conta apresentou movimentação.

Convém ressaltar que nas tabelas 18 e 19 constam os créditos a receber de curto e longo, assim como o cálculo dos seus respectivos ajustes para perdas.

Os valores das perdas estimadas são recalculados mensalmente com base no histórico de perdas dos últimos três anos.

Tabela 3 - Quocientes de Recebimentos

Conta Contábil	Percentual de recebimento			Média percentual de recebimento
	2017	2018	2019	
Aluguéis a receber	0	0	0,00	0,00
Créditos a receber por pagamento em duplicidade	0	0	0,00	0,00
Créditos a receber decorrentes de infrações	90,4	0	9,95	33,45
Créditos a receber por cessão de pessoal	80,99	100	0,00	60,33
Outros Créditos a Receber e valores a curto prazo	0	0	0,00	0,00
Aluguéis a receber - Inter estado	0	0	0,00	0,00
Créditos a receber por cessão de pessoal - estado	73,35	82,02	111,53	88,97
Aluguéis a receber - inter município	0	0	0,00	0,00
Créditos a receber por cessão de pessoal - município	42,79	59,75	98,24	66,93
Dívida ativa não tributária	0	0,51	0,00	0,17
Dívida ativa não tributária	0	0	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2019, 2018 e 2017.

Tabela 4 - Cálculo da Estimativa de Perda

CONTA CONTÁBIL	% Quociente médio de recebimento (2017, 2018 e 2019)	Saldo da conta contábil em dez/2020	Valor da provisão em dez/2020
Aluguéis a receber	0	115.006,99	115.006,99
Créditos a receber por pagamento em duplicidade	0	12.379,24	12.379,24
Créditos a receber decorrentes de infrações	33,45	260.453,73	173.329,20
Créditos a receber por cessão de pessoal	90,49	15.083,11	1.433,82
Outros Créditos a Receber e valores a curto prazo	0	33.000,00	33.000,00
Aluguéis a receber - Inter estado	0	284.907,29	284.907,29
Créditos a receber por cessão de pessoal - estado	88,97	247.989,85	27.359,11
Créditos a receber por cessão de pessoal - município	66,93	101.798,44	33.668,55
Dívida ativa não tributária	0,17	3.312.705,81	3.307.080,07
Dívida ativa não tributária	0	1.623.208,81	1.623.208,81
TOTAL		6.006.533,27	5.611.373,07

Fonte: SIAFI 2020



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

6.6 Ajustes para Perdas - Estoques

Para subsidiar o cálculo do valor de perdas com estoques na UFC foi utilizado relatório do Sistema de Gestão de Almoxarifado (SIPAC) com o histórico de baixas por perdas de estoque. Nos últimos três anos, o total de perdas de estoques foi de R\$ 2.586,39. Assim, a média de perdas com estoque anual é de R\$ 862,13 que representa aproximadamente 0,02% do saldo da conta de Estoques de Material de Consumo do mês de dezembro de 2020. Logo, pela irrelevância do valor histórico de perdas, optou-se por não registrar provisão de perdas para estoques.

6.7 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. A UFC possui comissão permanente de avaliação de bens móveis que, para os bens adquiridos de forma gratuita, realiza avaliação do bem. O valor justo obtido pela avaliação desta comissão é utilizado como base para efetuar o reconhecimento inicial dos bens adquiridos a título gratuito. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

Em 31/12/2020, a UFC apresentou um saldo de R\$ 1.028.519.315,29 relacionados ao imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado.

Tabela 5 – Imobilizado

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Bens Móveis	243.657.914,45	257.767.886,10	-5,47%
(+) Valor Bruto Contábil	340.583.455,14	344.942.231,71	-1,26%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-96.925.540,69	-87.174.345,61	11,19%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis	784.861.400,84	778.593.035,10	0,81%
(+) Valor Bruto Contábil	802.915.833,84	794.905.456,58	1,01%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-18.054.433,00	-16.312.421,48	10,68%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Total	1.028.519.315,29	1.036.360.921,20	-0,76%

Fonte: SIAFI

6.7.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis da UFC em 31/12/2020 totalizavam R\$ 243.657.914,45 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Tabela 6 - Bens Móveis - Composição

Conta Contábil	R\$			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	133.816.619,07	141.958.307,26	-5,74%	54,92%
Bens de Informática	44.724.891,67	42.459.273,48	5,34%	18,36%
Móveis e Utensílios	51.771.659,33	47.017.906,04	10,11%	21,25%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	88.313.473,24	89.281.939,28	-1,08%	36,24%
Veículos	20.625.271,24	22.274.470,03	-7,40%	8,46%
Bens Móveis em Andamento	832.280,09	1.437.538,35	-42,10%	0,34%
Armamentos	2,00	2,00	0,00%	0,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	109.717,58	112.277,58	-2,28%	0,05%
Demais Bens Móveis	389.540,92	400.517,69	-2,74%	0,16%
Depreciação / Amortização Acumulada	-96.925.540,69	-87.174.345,61	11,19%	-39,78%
Total	243.657.914,45	257.767.886,10	-5,47%	100,00%

Fonte: SIAFI 2020 e SIAFI 2019.

A maior variação durante o exercício de 2020 em relação ao saldo final do ano de 2019, em termos percentuais, ocorreu com o grupo Bens Móveis em Andamento. A variação no saldo deste grupo decorre da baixa de valores de importações em andamento, por ocasião da conclusão do processo de importação com a transferência do valor do bem para a conta de bens móveis definitiva.

Outro item que compõem esse grupo, é o de Adiantamento para Inversões Financeiras, que também sofreu redução de valores no exercício de 2020 por ocasião da baixa dos valores adiantados tendo como contrapartida a conta de ajustes de exercícios anteriores. Esses registros são detalhados no item específico de Ajustes de Exercícios Anteriores – Imobilizado.

Dos Bens Móveis registrados no órgão, 54,92% referem-se a Máquinas, Equipamentos e Ferramentas. Dentro do Grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o valor mais relevante é referente a Aparelhos, Equipamentos e Utensílios para uso Médico, Odontológico, Laboratorial e Hospitalar, totalizando R\$ 104.949.587,20, o que representa aproximadamente 63% do total do grupo e 43% do total de bens móveis. A Tabela 7 apresenta o detalhamento do grupo de bens Máquinas, Equipamentos e Ferramentas.

Tabela 7 - Detalhamento do grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	9.568.034,56	9.297.679,13	2,91%	5,75%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	986.996,00	1.106.942,51	-10,84%	0,59%
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	104.949.587,20	116.096.441,15	-9,60%	63,11%
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	486.317,95	488.764,42	-0,50%	0,29%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	661.024,20	654.795,75	0,95%	0,40%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	1.816.175,19	1.296.389,30	40,09%	1,09%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	3.515.123,82	3.634.457,96	-3,28%	2,11%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	681.260,89	702.935,40	-3,08%	0,41%
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	959.172,23	697.286,68	37,56%	0,58%
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	90.680,00	90.680,00	0,00%	0,05%
MÁQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	1.181.787,96	1.182.646,96	-0,07%	0,71%
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	839.607,74	811.016,28	3,53%	0,50%
MÁQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	5.500.468,35	5.891.701,04	-6,64%	3,31%
OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	2.580.382,98	6.570,68	39171,17%	1,55%
* = DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	32.475.844,68	28.766.204,95	12,90%	19,53%
Total	166.292.463,75	170.724.512,21	-2,60%	100,00%

Fonte: SIAFI 2020 e SIAFI 2019.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

6.7.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da UFC em 31/12/2020 totalizavam aproximadamente R\$ 785 milhões e estão distribuídos em quatro grupos de contas, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 8 - Bens Imóveis - Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	750.799.748,53	744.598.586,34	0,83%	95,66%
Bens Imóveis em Andamento	49.214.057,07	50.306.870,24	-2,17%	6,27%
Instalações	2.902.028,24	0		0,37%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-18.054.433,00	-16.312.421,48	10,68%	-2,30%
Total	784.861.400,84	778.593.035,10	0,81%	100,00%

Fonte: SIAFI 2020 e SIAFI 2019.

Os Bens de Uso Especial correspondem a aproximadamente 96% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da UFC, perfazendo o montante de aproximadamente R\$ 751 milhões em 31/12/2020 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do Órgão são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Terrenos/Glebas, conforme pode ser observado na Tabela 9.

A movimentação mais relevante durante o exercício de 2020 no grupo de bens imóveis, refere-se ao item instalações. A movimentação neste item é decorrente da aquisição de bens que irão ser incorporados a imóveis. Neste contexto, foram adquiridos em 2020, usinas fotovoltaicas (UFC) e elevadores (Maternidade Escola), totalizando R\$ 2.902.028,24. Após a conclusão da instalação dos equipamentos nos imóveis correspondentes, o valor registrado na conta de instalações irá compor o valor do imóvel correspondente.

A Tabela 9 demonstra a composição do grupo Bens de Uso Especial, com destaque para a conta de Imóveis de Uso Educacional, que representa aproximadamente 69% do total de bens de uso especial.

Tabela 9 - Bens de Uso Especial - Composição

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Fazendas, Parques e Reservas	6.009.103,43	6.009.103,43	0,00%	0,80%
Terrenos, Glebas	187.548.581,84	187.548.581,84	0,00%	24,98%
Imóveis de Uso Educacional	521.810.426,24	515.609.264,05	1,20%	69,50%
Edifícios	26.293.694,36	26.293.694,36	0,00%	3,50%
Imóveis Residenciais e Comerciais	6.275.811,15	6.275.811,15	0,00%	0,84%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	2.862.131,51	2.862.131,51	0,00%	0,38%
Total	750.799.748,53	744.598.586,34	0,83%	100,00%

Fonte: SIAFI 2020 e SIAFI 2019.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na UFC têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, [Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão](#), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 e no [Manual de Gestão Patrimonial](#), disponível no site da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; sempre que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Não foi identificada, no período, qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo.

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUNET e para os bens móveis é o das quotas constantes. Cabe ressaltar que a UFC não possui bens imóveis não registrados no SPIUNET.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. Este sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = \frac{n^2 - x^2}{n^2}$$

Onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

6.7.3 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do Patrimônio Líquido.

A tabela a seguir detalha todos os ajustes de exercícios anteriores efetuados durante o exercício de 2020 que tiveram como contrapartida contas do Ativo Imobilizado.

Tabela 10 - Ajustes de Exercícios Anteriores - Ativo Imobilizado

R\$

Descrição da Movimentação	Conta Contábil - Contrapartida	VALOR
Diferença entre o valor de bens móveis, transferidos para UFC em exercícios anteriores, e o valor da avaliação feita pela UFC	Veículos de Tração Mecânica	- 17.012,62
	Equip. de Tecnol. da Infor. e Comunicação/TIC	136.765,79
	Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.426,92
Registro da Reavaliação de bens móveis, realizada no âmbito das unidades gestoras do Hospital Universitário e Maternidade Escola. O ano base da avaliação foi 2017	Aparelhos de Medição e Orientação	- 10.165,99
	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	- 18.030,43
	Equipam/Utensílios Médicos, Odontol., Lab. e Hosp.	- 16.100.297,93
	Aparelho e Equipamento p/Esportes e Diversões	- 5.988,51
	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	- 9.678,00
	Máquinas e Equipamentos Industriais	298.729,16
	Máquinas e Equipamentos Energéticos	- 129.152,87
	Máquinas e Equipamentos Gráficos	- 17.687,93
	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	- 15.906,50



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	-	31.824,60
	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	-	522.336,96
	Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas		2.573.812,30
	Equip. de Tecnologia. da Inform. e Comunicação/TIC	-	1.138.700,09
	Aparelhos e Utensílios Domésticos	-	504.063,33
	Máquinas e Utensílios de Escritório		143.917,04
	Mobiliário em Geral		1.980.947,46
	Utensílios em Geral		306.481,18
	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	-	179.318,80
	Obras de Arte e Peças para Exposição	-	5.144,32
	Veículos em Geral		155.334,87
	Veículos de Tração Mecânica	-	474.958,10
	Pecas não Incorporáveis a Imóveis	-	5.118,80
Baixa de valores registrados em conta de Obras em Andamento cuja conclusão da obra e registro na conta de bens imóveis definitiva ocorreu em exercícios anteriores, sem a devida baixa da conta de obras em andamento	Obras em andamento	-	64.712,56
Ajuste no valor da depreciação de bens móveis referente a exercícios anteriores	Depreciação Acumulada	-	303.174,09
Incorporação de bens móveis com fato gerador ocorrido em exercícios anteriores	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação		75,27
TOTAL		-	13.955.782,44

Fonte: SIAFI 2020.

6.8 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva no período em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros. Não existem ativos intangíveis obtidos a título gratuito compondo o patrimônio da UFC.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados periodicamente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Durante o segundo trimestre de 2017, foram revisados todos os ativos intangíveis reconhecidos, com o objetivo de identificar algum evento que ensejasse em alteração da vida útil ou perda por redução ao valor recuperável. Atualmente, todos os valores registrados no Ativo Intangível são referentes a Softwares.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidência de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2020, o órgão apresentou um saldo de R\$ 659.973,36 de ativos intangíveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível, para os períodos 31/12/2020 e 31/12/2019.

Tabela 11 - Intangível - Composição

Item	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Software com Vida Útil Definida	50.252,98	48.453,06	3,71%	7,61%
Software com Vida Útil Indefinida	646.121,12	646.121,12	0,00%	97,90%
Amortização Acumulada	-36.400,74	-20.703,06	75,82%	-5,52%
Total	659.973,36	673.871,12	-2,06%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Indefinida, que representa 97,90% do grupo.

Durante o exercício de 2020 foram adquiridas três licenças adicionais do Software SEOBRA, classificado como com vida útil definida, no valor de R\$ 1.799,92 (3,71% do valor do item). A outra variação no saldo do grupo é decorrente do registro a amortização de softwares.

A Tabela 12 detalha as informações acerca da vida útil dos Softwares com Vida Útil Definida.

Tabela 12 - Vida útil do Software

Software	Valor bruto(R\$)	vida útil total em meses	valor amortizado(R\$)	meses amortizados	Valor Líquido Contábil em 31/12/2020 (R\$)
Licença de um Software para elaboração de orçamento e acompanhamento de obras e reformas (SEOBRA), com cinco postos de utilização simultâneos, por um período de três anos.	7.199,70	36	3.599,85	18	3.599,85
Licença de um Software para elaboração de orçamento e acompanhamento de obras e reformas (SEOBRA), com três postos de utilização simultâneos.	1.799,92	20	179,99	2	1.619,93
04 Licenças do Software Banco de Dados SQL Server, com validade de 03 anos e 16 Licenças do Software Windows Server Standard também com validade de 03 anos. Ambos os softwares são de interesse da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e foram adquiridos através do Pregão 89/2017	36.503,36	36	31.433,45	31	5.069,91
Pacote com 14 Softwares especializados em mineração e engenharia civil, utilizados nos laboratórios de engenharias do Campus da UFC em Crateús.	4.750,00	60	1187,5	15	3.562,50
Total	50.252,98		36.400,79		13.852,19

Fonte: SIAFI 2020.

6.8.1 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – Impairment



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Durante o ano de 2020 não foram identificados softwares em situação de imparidade.

6.8.2 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

Durante o exercício de 2020 não foram realizados registros contábeis de ajustes de exercícios anteriores tendo como contrapartida as contas do grupo Ativo Intangível.

6.9 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

O saldo desse grupo se refere, em sua maior parte, a valores de salários, remunerações e benefícios a pagar referentes a folha de pessoal do mês de dezembro de 2020. Os valores do passivo, referentes a folha de pagamento de dezembro/2020 foram baixados no primeiro dia útil de janeiro/2021, com o pagamento da folha de pessoal.

6.10 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2020, a UFC apresentou um saldo em aberto de R\$ 6.037.905,71 relacionados com fornecedores e contas pagar. A seguir, apresenta-se a Tabela 13, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 13 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição

Item	R\$		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Curto Prazo	6.037.905,71	4.187.446,60	44,19%
Nacionais	6.037.905,71	3.543.454,30	70,40%
Estrangeiros	0	643.992,30	-100,00%
Total	6.037.905,71	4.187.446,60	44,19%

Fonte: SIAFI 2020 e SIAFI 2019.

A totalidade de fornecedores e contas a pagar ao final do exercício de 2020 é composta por compromissos de curto prazo com credores nacionais.

Na Tabela 14 são apresentados os valores de fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante na data base de 31/12/2020.

Tabela 14 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Unidade Gestora Contratante

Unidade Gestora	31/12/2020	AV (%)
HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO	3.086.385,25	51,12%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	2.951.520,46	48,88%
Total	6.037.905,71	100,00%

Fonte: SIAFI 2020.

A unidade gestora do Hospital Universitário apresentou o maior volume de obrigações com fornecedores e contas a pagar ao final do mês de dezembro/2020 (51,12% do total), em razão dos valores devidos ao fornecedor Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda, que ao final do exercício de 2020



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

estavam aguardando solução de pendência do recebimento técnico, para que o pagamento fosse efetivado, conforme detalhado a seguir.

Na Tabela 15 são relacionados os 10 fornecedores com valores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2020.

Tabela 15 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Fornecedor

Fornecedor	31/12/2020	AV (%)
SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA.	3.064.788,40	50,76%
PR3 COMERCIO E SERVICOS DIGITAIS LTDA	899.912,72	14,90%
FUNDACAO DE APOIO A SERVICOS TECNICOS, ENSINO E FOMENTO	529.526,21	8,77%
COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	483.396,87	8,01%
BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL, COMERCIO E SERVICOS DE AR CO	193.994,06	3,21%
FERRARA SERVICOS DE CONSTRUCOES LTDA	111.833,44	1,85%
FUNDACAO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA	98.750,90	1,64%
TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	98.668,63	1,63%
TIM S A	90.205,50	1,49%
FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC.	82.697,51	1,37%
DEMAIS	384.131,47	6,36%
Total	6.037.905,71	100%

Fonte: SIAFI 2020.

Os valores pendentes de pagamento ao fornecedor Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda. são referentes a despesas liquidadas na unidade gestora do Hospital Universitário em junho/2020, que ao final do mês de dezembro/2020, estavam aguardando solução de pendência do recebimento técnico da solução contratada, relacionadas com as exigências previstas em Edital (alguns equipamentos apresentam pendências e o treinamento técnico está em andamento).

Os valores pendentes de pagamentos à Fundação de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento (FASTEF) são referentes a despesas liquidadas durante o exercício de 2020, que em 31/12/2020 estavam aguardando o recebimento de recursos financeiros para efetivar o pagamento. Convém destacar que os contratos celebrados com a FASTEF são, normalmente, custeados com recursos descentralizados por outros órgãos, logo, a UFC depende do recebimento de recursos financeiros de tais órgãos para efetivar os pagamentos.

Os valores pendentes de pagamento aos fornecedores: Companhia Energética do Ceará – COELCE, Biotec Controle Ambiental, Comercio e Serviços de Ar Cond., Ferrara Serviços de Construções Ltda e Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura – FCPC são referentes a despesas liquidadas durante o mês de dezembro/2020, que até o encerramento do exercício, estavam aguardando recebimento de descentralização de recursos financeiros para pagamento ou tiveram o pagamento realizado no último dia de 2020, o que acarreta na baixa do passivo no primeiro dia útil de 2021, por ocasião da emissão de ordem bancária de pagamento.

Os valores pendentes de pagamento aos fornecedores Ticket Soluções HDFGT S/A e TIM S.A. são referentes a empenhos emitidos com passivo anterior, ou seja, após a realização da despesa, mas que o processo de liquidação da despesa não foi concluído durante o exercício de 2020.

Encontram-se pendente há longa data:



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

PR3 Comércio e Serviços Digitais Ltda – EPP: os valores em aberto são decorrentes do Pregão nº 119/2011, cujo objeto foi o registro de preços para aquisição e instalação do sistema de sonorização para auditórios, anfiteatros, concha acústica e outros espaços da Universidade Federal do Ceará, nos Campi da Capital (Fortaleza) e Interior do Estado do Ceará, incluindo material e mão de obra. O valor pendente de pagamento decorre de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso em decorrência de recomendação feita pela Controladoria Geral da União (CGU), em face de trabalho de auditoria.

FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC.: os valores pendentes de pagamentos são referentes a faturas liquidadas no exercício de 2015 que tiveram questionamento em relação ao valor devido, sendo solicitada a suspensão dos pagamentos.

6.11 Demais Obrigações de Curto Prazo

O saldo deste grupo apresentou uma pequena redução de 10,43%, quando se compara o saldo ao final do exercício de 2020 com o mesmo período de 2019. O principal item que compõem este grupo de obrigações refere-se ao reconhecimento da obrigação de prestar contas, junto aos órgãos descentralizadores de recursos por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED), que totalizaram ao final do mês de dezembro de 2020 R\$ 163.033.632,73, o que corresponde à aproximadamente 93% do valor total do grupo.

6.12 Ajustes de Exercícios Anteriores

Na Tabela 16 é apresentado um resumo da movimentação da conta de ajuste de exercícios anteriores durante o exercício de 2020.

Tabela 16 – Movimentação da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

R\$

Ajustes de Exercícios Anteriores – Quadro Resumo	
Descrição do Lançamento	Valor
Saldo Inicial	80.425.117,88
Lançamento credor feito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente a reclassificação dos saldos da conta ajuste de exercícios anteriores da administração direta, autarquias, fundações e fundos para a conta superávits ou déficits de exercícios anteriores (mês de abertura)	- 80.425.117,88
Reconhecimento de passivos com fato gerador ocorridos em exercícios anteriores	- 1.402.247,57
Reconhecimento de créditos a receber referente a fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores	38.890,43
Baixa de valores registrados na conta de adiantamento para inversões financeiras, referente a bens móveis já incorporados ao patrimônio da UFC em exercícios anteriores, sem que tenha sido realizada a correspondente baixa da conta de adiantamento	- 455.759,21
Ajustes de exercícios anteriores que tiveram como contrapartida contas do Ativo Imobilizado (ver nota explicativa específica)	- 13.955.782,44
Registro de baixa de material de consumo ocorrida em exercício anterior.	- 9.359,20
Baixa da obrigação de longo prazo, após reconhecimento da obrigação dos precatórios do exercício 2021 no curto prazo, atendendo a nota TÉCNICA SPO/CJF Nº 001/2019.	570.802,11
Saldo ao final do mês de dezembro/2020	- 15.213.455,88

Fonte: SIAFI 2020.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

6.13 Obrigações Contratuais a Executar

Em 31/12/2020 o Órgão possuía um saldo de R\$ 316.918.558,41 de obrigações contratuais relacionadas às parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s). A seguir, apresenta-se a Tabela 17, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 17 - Obrigações Contratuais - Composição

Tipos de Obrigações	R\$			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Aluguéis	1.812.781,72	2.770.516,95	-34,57%	0,57%
Fornecimento de Bens	40.513.182,20	43.713.246,59	-7,32%	12,78%
Seguros	494.851,40	478.641,79	3,39%	0,16%
Serviços	274.097.743,09	244.857.287,27	11,94%	86,49%
Total	316.918.558,41	291.819.692,60	8,60%	100,00%

Fonte: SIAFI 2020 e SIAFI 2019.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam 86,49% do total das obrigações assumidas pelo órgão ao final do mês de dezembro/2020 e sofreram um acréscimo de 11,94% em relação ao final do exercício de 2019, em razão do registro contábil da assinatura de novos contratos.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 18 que contém os valores por unidades gestoras contratantes com data base de 31/12/2020.

Tabela 18 - Obrigações Contratuais - por Unidade Gestora Contratante

UNIDADE GESTORA	R\$	
	31/12/2020	AV (%)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	239.391.581,25	75,54%
HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO	62.264.067,16	19,65%
MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	15.262.910,00	4,82%
Total	316.918.558,41	100,00%

Fonte: SIAFI 2020.

A unidade gestora Universidade Federal do Ceará é responsável por 75,54% do total contratado, o que se justifica pelo maior volume de execução orçamentária na unidade. Na Tabela 19 são relacionados os 08 contratos mais relevantes na perspectiva financeira e o saldo a executar, na data base de 31/12/2020.

Tabela 19 - Obrigações Contratuais - por Contrato

Descrição do Contratado	R\$	
	31/12/2020	AV (%)
Contratado(a) A: CONTRATO 031/19 - FUNDACAO ASTEF	29.768.375,70	9,39%
Contratado(a) B: ISM GOMES DE MATTOS EIRELI	18.975.424,93	5,99%
Contratado(a) C: CONTRATO 043/17 - ISM GOMES DE MATTOS EIRELI	17.148.971,38	5,41%
Contratado(a) D: CONTRATO 40/2020 - AGAPE CONSTRUCOES E	13.132.354,68	4,14%
Contratado(a) E: CETREDE - CENTRO DE TREINAMENTO E	12.397.043,41	3,91%
Contratado(a) F: CONTRATO 55/2020 - FUNDACAO DE APOIO A	11.450.845,57	3,61%
Contratado(a) G: CONTRATO 020/19 - SERVIARM SERVICO DE	11.152.069,01	3,52%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Contratado(a) H:	CONTRATO 021/19 – COELCE	7.839.110,47	2,47%
Demais Contratos do Órgão		195.054.363,26	61,55%
TOTAL		316.918.558,41	100,00%

Fonte: SIAFI 2020.

Os contratos celebrados com os contratados A, B, C e D representam aproximadamente 25% do total de obrigações contratuais do órgão. Dos quatro valores mais relevantes da Tabela 19, as obrigações contratuais com a empresa ISM Gomes de Matos Eireli são referentes a contratos celebrados pelas três unidades gestoras (Hospital Universitário, Maternidade Escola e UFC), cujo objeto é o fornecimento de refeições. Os contratos: 31/2019, celebrado com a Fundação ASTEF; 43/2017, celebrado com a ISM Gomes de Matos Eireli e 40/2019, celebrado com a Agape Construções, foram celebrados pela unidade gestora da UFC. A seguir são fornecidas mais informações acerca deles:

Contratada A: Contrato nº 31/2019 – Fundação ASTEF foi celebrado pela unidade gestora UFC e tem como objeto é o gerenciamento administrativo-financeiro do projeto intitulado SINESP Big Data de Inteligência Artificial para Segurança Pública. O contrato foi assinado em 31/05/2019 e a sua vigência é de 31/05/2019 a 30/05/2023.

Contratada B: ISM Gomes de Matos Eireli – referente a 2 contratos cujo objeto é o fornecimento de refeições prontas, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 20 - ISM Gomes de Matos Eireli - detalhamento de contratos

Contrato	Objeto	Unidade gestora contratante	Data da vigência do contrato e data da assinatura do contrato/termo aditivo
39/2018	Fornecimento de refeições prontas para o restaurante universitário do campus de Russas	Universidade Federal do Ceará	05/06/2020 a 05/06/2021 data da ass.: 18/05/2020
15/2017	Fornecimento de alimentação hospitalar	Hospital Universitário Walter Cantídio e Maternidade Escola Assis Chateaubriand	03/04/2020 a 02/04/2021 data da ass.: 31/03/2020

Fonte: SIASG 2020

Contratada C: Contrato nº 43/2017 - ISM GOMES DE MATTOS EIRELI foi celebrado pela unidade gestora UFC e tem como objeto o Fornecimento de refeições prontas para os restaurantes universitários dos campi de Fortaleza, Sobral e Quixadá. O contrato foi assinado em 02/04/2020 e a sua vigência é de 11/11/2020 a 11/11/2021. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link: <https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia/contratos/12523>.

Contratado D: Contrato nº 40/2020 - Agape Construções e Serviços Ltda cujo objeto é a contratação de serviços continuados de portaria e recepção. O contrato foi assinado em 09/10/2020 e a sua vigência é de 09/10/2020 a 09/10/2022. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link: <https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia/contratos/69361>.

7 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

7.1 Resultado Orçamentário



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

O Resultado orçamentário apurado no exercício de 2020 apresentou déficit de aproximadamente R\$ 1,724 bilhão. Isso decorre da metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário do período, que subtrai as despesas empenhadas pelo órgão das receitas arrecadas no período. A receita arrecadada no período totalizou aproximadamente 6,252 milhões. As despesas do órgão são custeadas em sua quase totalidade com recursos do Tesouro Nacional. O ingresso desses recursos é mais bem evidenciado no item Transferências Financeiras Recebidas da Demonstração de Fluxo de Caixa e no item Outros Ingressos das Operações do Balanço Financeiro.

A Tabela 21 apresenta os valores das receitas e despesas previstas e executadas por categoria econômica.

Tabela 21 - Previsão e Execução de Receitas e Despesas

Balanço Orçamentário	Previsão/Fixação(R\$)	Realização/Execução (R\$)	Real/Exec	AV
Receitas Correntes	6.487.416,00	5.613.583,88	86,53%	89,79%
Receitas de Capital	145.724.932,00	638.300,00	0,44%	10,21%
Total das Receitas	152.212.348,00	6.251.883,88	4,11%	100,00%
Despesas Correntes	1.672.009.039,00	1.703.791.776,89	101,90%	98,48%
Despesas de Capital	21.987.950,00	26.258.066,25	119,42%	1,52%
Total das Despesas	1.693.996.989,00	1.730.049.843,14	102,13%	100,00%
Superávit/(Déficit)		-1.723.797.959,26		

Fonte: SIAFI, 2020.

7.2 Execução das Receitas

7.2.1 Receitas Correntes

O total de receitas arrecadadas durante o exercício de 2020 foi de R\$ 6.251.883,88. As receitas correntes representam 89,79% das receitas arrecadas no período.

Dentre as receitas correntes, o valor mais relevante é referente às receitas de Outros Ressarcimentos. Conforme pode ser observado na Tabela 22, as receitas deste tipo correspondem a aproximadamente 33% das receitas correntes arrecadas em 2020 e são decorrentes do pagamento pelas fundações de apoio ligadas às UFC de ressarcimento pela utilização de bens e serviços da UFC. O ressarcimento em questão é disciplinado no Capítulo VI da Resolução nº 59/CONSUNI, de 24 de setembro de 2018 (disponível em http://www.ufc.br/images/files/a_universidade/consuni/resolucao_consuni_2018/resolucao59_consuni_2018.pdf).

A Tabela 22 apresenta o detalhamento das receitas arrecadadas em 2020 por tipo de arrecadação. Essa classificação é proveniente do código de recolhimento utilizado nas Guias de Recolhimento da União (GRU).

Tabela 22 - Arrecadação de Receitas Correntes – Composição

Tipo de arrecadação		Valor arrecadado em 2020 (R\$)	AV
1	Outros Ressarcimentos	2.033.819,70	32,53%
2	Intra-serviços de Estudos e Pesquisas	1.429.750,72	22,87%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

3	Aluguéis	1.010.084,65	16,16%
4	Serviços de Hospedagem e Alimentação	383.782,85	6,14%
5	Serviços Educacionais	242.080,00	3,87%
6	Alienação Outros Bens Moveis	235.800,00	3,77%
7	Multas e Juros Previstos em Contratos	230.512,10	3,69%
8	Demais receitas	686.053,86	10,97%
Total		6.251.883,88	100,00%

Fonte: SIAFI 2020.

Quando se compara a receita prevista com a arrecada, o tipo de receita que apresentou melhor desempenho de arrecadação no exercício de 2020 foi a receita de Outros Ressarcimentos. Por conta da não haver histórico de arrecadação deste tipo em exercícios anteriores, não foi estabelecida previsão para arrecadação de receitas dessa natureza. Porém, como apresentado na tabela acima, foram arrecadados mais de R\$ 2 milhões em receitas desse tipo.

Outro tipo de receita que, apresentou, em termos percentuais, um bom desempenho de arrecadação em relação à previsão inicial, foi Multas Administrativa, Contratuais e Judiciais. Durante o exercício de 2020, arrecadou-se 1.789% do valor previsto. Embora tenham apresentado um bom desempenho de arrecadação, as receitas desse tipo são pouco representativas em relação ao total de receitas, representando apenas 3,73% do total arrecadado em 2020.

No que se refere à frustração de receita, destaca-se o item Receitas de Serviços. Foi previsto inicialmente uma arrecadação de aproximadamente R\$ 5 milhões nesta natureza de receita, porém, o valor arrecadado foi de aproximadamente R\$ 2,34 milhões, ou seja, arrecadou-se menos da metade do valor previsto para o ano. Este fato tem como causa principal a pandemia de Covid-19 que ocasionou o fechamento dos restaurantes universitários na maior parte do ano de 2020. Em 2019 foram arrecadados R\$ 2,28 milhões de receitas de taxas pela utilização do restaurante universitário. Já em 2020 a arrecadação deste tipo de receita foi inferior a R\$ 384 mil (vide item Serviços de Hospedagem e Alimentação da Tabela 22).

7.2.2 Receitas de Capital

Durante o exercício de 2020 foram arrecadados R\$ 638.300,00 referente a receitas de capital, provenientes da alienação de bens móveis inservíveis por meio de leilão. A arrecadação de receitas de capital em 2020, corresponde a apenas 0,44% do valor total previsto para o exercício de 2020. O baixo percentual de arrecadação deve-se à inclusão (pela Secretaria do Tesouro Nacional) na previsão de receitas da UFC, de receitas com operações de crédito (Títulos da Dívida Pública). Porém, apesar de parte das despesas do órgão ser custeada com fonte de recursos do tesouro nacional, proveniente de operações de crédito, o registro de arrecadação da receita não é realizado em nível de órgão.

Desconsiderando-se as receitas de operações de crédito, o valor arrecadado em 2020 corresponde a 311% do valor previsto, ou seja, em 2020 foi arrecadado mais de três vezes o valor previsto para receita de alienação o de bens móveis, por meio de leilão. Portanto, em 2020, foram arrecadadas receitas de capital bem superiores à média histórica de anos anteriores, uma vez que, a



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

previsão para arrecadação de receitas desta natureza, considera, dentre outros fatores, o histórico de arrecadação.

7.3 Execução das Despesas

7.3.1 Despesas Correntes

O total das despesas empenhadas em 2020 foi de R\$ 1.730.049.843,14. As despesas correntes foram empenhadas no montante de R\$ 1.703.791.776,89 e representam 98,48% do total das despesas. A Tabela 23 relaciona em ordem decrescente o valor das despesas correntes empenhadas durante o exercício de 2020 por grupo de despesas e por natureza de despesa.

Tabela 23 - Despesas Correntes – Composição

Seq.	Grupo de Despesas	Natureza de Despesa	Valor Empenhado em 2020 (R\$)	AV
1	Pessoal e encargos sociais	Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	718.871.734,78	42,19%
2	Pessoal e encargos sociais	Aposent. RPPS, Reserv. Remuner. e Refor. Militar	439.348.188,84	25,79%
3	Pessoal e encargos sociais	Obrigações patronais - Op. Intra - Orçamentarias	158.850.705,46	9,32%
4	Pessoal e encargos sociais	Pensões do RPPS e do militar	114.511.309,70	6,72%
5	Outras despesas correntes	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	57.053.026,32	3,35%
6	Outras despesas correntes	Locação de mão-de-obra	54.958.142,14	3,23%
7	Outras despesas correntes	Auxílio financeiro a estudantes	35.201.769,32	2,07%
8	Outras despesas correntes	Auxílio-alimentação	28.907.611,17	1,70%
9	Outras despesas correntes	Outros auxílios financeiros à pessoa física	18.831.833,44	1,11%
10	Pessoal e encargos sociais	Sentenças judiciais	15.843.224,13	0,93%
Outras despesas			61.414.231,59	3,60%
Total			1.703.791.776,89	100,00%

Fonte: SIAFI 2020.

Os quatro principais tipos de despesas correntes são referentes a despesas com pessoal e encargos sociais e juntas correspondem a aproximadamente 84% do total das despesas correntes empenhadas em 2020.

Uma particularidade do Balanço Orçamentário é que ele traz na coluna de despesas empenhadas todo o valor executado no órgão, seja relativo à dotação da sua própria Lei Orçamentária ou proveniente da Lei Orçamentária de outros órgãos, que são dotações recebidas em função da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) e instrumentos afins.

A Tabela 24 demonstra os valores das despesas correntes empenhadas durante o exercício de 2020 por origem do orçamento:

Tabela 24 – Despesas correntes - Valores empenhados por origem do orçamento

Origem do Orçamento	Valor Empenhado em 2020	AV
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	1.648.394.716,66	96,75%
MINISTERIO DA EDUCACAO	25.561.445,67	1,50%
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	12.241.203,73	0,72%
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	7.877.356,00	0,46%
MINISTERIO DA SAUDE	3.783.740,27	0,22%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	2.215.149,48	0,13%
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	1.613.009,08	0,09%
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BASICO	1.000.000,00	0,06%
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	480.600,00	0,03%
MINISTERIO DA ECONOMIA	233.280,00	0,01%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	199.408,00	0,01%
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	125.840,00	0,01%
MINISTERIO DA CIDADANIA	66.028,00	0,00%
Total	1.703.791.776,89	100,00%

Fonte: SIAFI 2020.

Por outro lado, podem existir valores que compõem a coluna da dotação atualizada, ou seja, são pertencentes ao orçamento do órgão, mas quando empenhados não são somados às despesas empenhadas por serem executadas por outros órgãos. A Tabela 25 demonstra esses valores, segregando-os por órgãos executores.

Tabela 25 - Valores empenhados - por outros órgãos

Órgão Executor	Grupo de Despesas	Valor empenhado em 2020(R\$)
Justiça Federal	Pessoal e Encargos Sociais	2.834.529,20
	Outras Despesas Correntes	939.511,39
Fundação Universidade Federal do Sergipe	Outras Despesas Correntes	4.275,52
Total		3.778.316,11

Fonte: SIAFI 2020.

Os valores de R\$ 3.774.040,59 executado pela Justiça Federal foi previsto no orçamento da UFC para pagamento de sentenças judiciais. Estas dotações são descentralizadas para órgãos da justiça, onde são executadas.

O valor de R\$ 4.275,52 refere-se ao pagamento de Gratificação de Encargo de Curso e Concurso (GECC), devida à servidor da Fundação Universidade Federal do Sergipe, que prestou serviço à UFC.

7.3.2 Despesas de Capital

O Percentual executado das despesas de capital no exercício de 2020 em relação à dotação orçamentária, foi de aproximadamente 119%. O percentual superior à 100% ocorreu devido à execução de dotação orçamentária de outros órgãos. A Tabela 26 detalha os valores empenhados referente às despesas de capital por origem do orçamento e natureza de despesa. O valor de R\$ 4.271.502,81, que representa aproximadamente 16% do total empenhado em 2020, teve o Ministério da Educação como origem do orçamento.

Tabela 26 - Execução de despesas de capital

Origem do Orçamento	Natureza de despesa	Valor empenhado em 2020 (R\$)	AV
	MATERIAL DE CONSUMO	1.162.280,00	4,43%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Órgão Superior da UO	Unidade Orçamentária (UO)	Total Inscrito em 2019 e exercícios anteriores (R\$)	Soma de Restos a Pagar não Processados a Pagar em 31/12/2020	AV
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	25.000,00	0,10%	
	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	195.000,00	0,74%	
	OBRAS E INSTALACOES	10.760.661,67	40,98%	
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.843.621,77	37,49%	
MINISTERIO DA EDUCACAO	OBRAS E INSTALACOES	1.928.821,35	7,35%	
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.342.681,46	8,92%	
TOTAL		26.258.066,25	100,00%	

Fonte: SIAFI 2020

7.4 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

A Universidade Federal do Ceará (UFC), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), possui em sua execução orçamentária de restos a pagar, dotações orçamentárias próprias e dotações de outros órgãos. Essas últimas dotações são provenientes de Termos de Execução Descentralizada (TEDS) e instrumentos afins. A Tabela 27 apresenta o detalhamento dos restos a pagar inscritos, que é o estoque de restos a pagar no início do exercício de 2020, referente a empenhos de 2019 e de exercícios anteriores, e os valores ainda não liquidados, ou seja, o estoque de restos a pagar em 31/12/2020.

Tabela 27 - Restos a Pagar Não Processados inscritos: origem do orçamento executado

Órgão superior da UO	Unidade Orçamentária (UO)	Total Inscrito em 2019 e exercícios anteriores (R\$)	Soma de Restos a Pagar não Processados a Pagar em 31/12/2020	AV
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA/PR	2.552.855,55	0,00	0,00%
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACOES	MINIST.DA CIENCIA, TECNOL., INOV.E COMUNICACOES	189.000,00	56.342,90	0,31%
MINISTERIO DA EDUCACAO	MINISTERIO DA EDUCACAO	8.938.589,23	1.945.360,39	10,60%
	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS	40.440,00	0,00	0,00%
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	31.057.034,45	4.246.157,55	23,13%
	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	930.549,91	333.913,16	1,82%
	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	370.259,91	15.234,50	0,08%
	HOSPITAL UNIVERSITARIO VALTER CANTIDIO	9.317,52	0,00	0,00%
	MATERNIDADE ASSIS CHATEAUBRIAN	3.653,49	0,00	0,00%
	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO CEARA	135.751,32	0,00	0,00%
	EMPRESA BRASIL.DE SERV.HOSPITALARES - EBSEH	888.440,52	429.838,56	2,34%
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	4.165.946,76	609.979,12	3,32%
	FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP	4.708.253,00	2.516.943,05	13,71%
MINISTERIO DA SAUDE	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	8.410,60	0,00	0,00%
	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	15.949.706,09	7.660.713,75	41,73%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	AGÊNCIA NACIONAL DE AGUAS ± ANA	1.028.068,24	437.783,01	2,38%
	AGÊNCIA NACIONAL DE AGUAS ± ANA	47.394,83	40.314,83	0,22%
MINISTERIO DA CIDADANIA	MINISTERIO DA CIDADANIA	177.244,50	0,00	0,00%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

MINIST. MULHER, FAMILIA E DIREITOS HUMANOS	SECRETARIA NAC. DE POLÍTICAS P/MULHERES - SPM	677.047,86	65.043,72	0,35%
TOTAL		71.877.963,78	18.357.624,54	100,00%

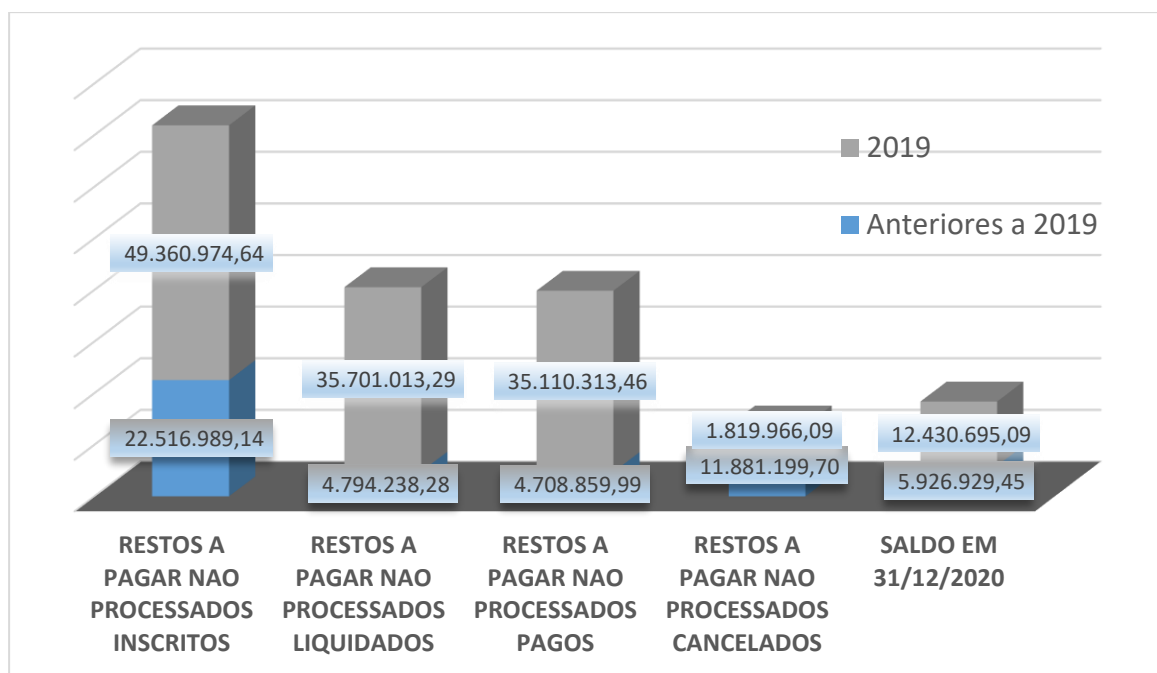
Fonte: SIAFI 2020.

Quanto ao estoque de Restos a Pagar ao final do exercício de 2020, apresentado na Tabela 27, 23,13% é oriundo de dotações pertencentes ao orçamento da própria UFC, subordinada ao Ministério da Educação (MEC).

Merece destaque o fato de que 41,73% do total do estoque de restos a pagar não processados a pagar em 31/12/2020 são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, o que se justifica pelo fato de que os restos a pagar com dotações do Ministério da Saúde não estão submetidos aos mesmos prazos de bloqueio de cancelamento das demais dotações, logo, possuem um prazo maior para execução.

O Gráfico 1 traz um resumo da execução de Restos a Pagar não Processados (RPNP) durante o exercício de 2020, segregando-se os valores empenhados no exercício de 2019 e em exercícios anteriores a 2019.

Gráfico 1 - Execução de RPNP por ano de emissão da Nota de Empenho



Fonte: Elaborado com base em dados obtidos no Tesouro Gerencial, 2020

Conforme demonstrado no Gráfico 1, o estoque de restos a pagar no início do exercício de 2020 era composto em sua maioria por empenhos inscritos em 2019, totalizando aproximadamente 49 milhões, o que é equivalente a 69% do estoque total de RPNP no início do exercício de 2020.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Durante o exercício de 2020 foram efetuados pagamentos de RPNP no valor de aproximadamente 39,8 milhões, sendo 35,1 milhões referentes a empenhos de 2019.

Ao final do exercício de 2020 o estoque a pagar de RPNP totalizou aproximadamente 18,4 milhões, o que demonstra uma redução de 74% em relação ao estoque no início do exercício de 2020.

Como mencionado anteriormente, o estoque de RPNP do órgão é composto por empenhos custeados com recursos do próprio órgão e recursos descentralizados por outros órgãos. A Tabela 28 demonstra a execução de restos a pagar por origem de recurso.

Tabela 28 - Restos a Pagar Não Processados - por origem do orçamento executado

Unidade Orçamentária	Inscritos ¹	Liquidados	Pagos	Cancelados	R\$	
					Saldo em 31/12/2020	AV
FUNDO NACIONAL DE SAUDE	15.949.706,09	5.649.835,23	5.608.319,88	2.680.672,46	7.660.713,75	41,73%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	31.057.034,45	20.469.002,14	20.348.729,87	6.462.147,03	4.246.157,55	23,13%
FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNPS	4.708.253,00	2.657.052,03	2.191.309,95	0,00	2.516.943,05	13,71%
DEMAIS	20.162.970,24	11.719.362,17	11.670.813,75	4.558.346,30	3.933.810,19	21,43%
TOTAL	71.877.963,78	40.495.251,57	39.819.173,45	13.701.165,79	18.357.624,54	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2020.

Conforme Tabela 28, apenas 23,13% do saldo de empenhos inscritos em RPNP em 31/12/2020 é referente a empenhos custeados com recursos do próprio órgão. Dos empenhos custeados com dotações orçamentárias descentralizadas que compõem o estoque de RPNP ao final do exercício de 2020, a parcela mais relevante refere-se a recursos descentralizados pelo Fundo Nacional de Saúde, que são executados, em sua maioria, pelas unidades gestoras do Hospital Universitário e da Maternidade Escola. Essas unidades tinham em 31/12/2020 o valor aproximado de R\$ 4,42 milhões de empenhos inscritos em RPNP custeados com recursos descentralizados pelo Fundo Nacional de Saúde.

Na Tabela 29 são apresentados os valores dos restos a pagar por unidade gestora executora.

Tabela 29 - Restos a Pagar Não Processados inscritos - por Unidade Gestora Executora (UGE)

UG Executora	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	R\$	
					Saldo em 31/12/2020	AV
Universidade Federal do Ceará	59.095.731,06	35.362.918,78	34.697.660,18	10.913.054,54	13.485.016,34	73,46%
Hospital Universitário Walter Cantídio	9.877.444,82	3.175.452,12	3.164.632,60	1.952.025,74	4.760.786,48	25,93%
Maternidade Escola Assis Chateaubriand	2.904.787,90	1.956.880,67	1.956.880,67	836.085,51	111.821,72	0,61%
Total	71.877.963,78	40.495.251,57	39.819.173,45	13.701.165,79	18.357.624,54	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2020.

¹ A coluna inscritos das Tabelas 28 e 29 é composto pelo somatório dos empenhos inscritos no exercício de 2019 e em exercícios anteriores.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Conforme Tabela 29, temos que, a unidade gestora Universidade Federal do Ceará é responsável pela execução da maior parte dos valores inscritos em restos a pagar, apresentando ao final do exercício de 2020 o saldo equivalente a 73,46% da soma das três unidades gestoras. Cabe acrescentar que nos valores da Tabela 29 estão os restos a pagar referentes aos recursos oriundos do orçamento da UFC e de outros órgãos.

A Tabela 30 mostra a composição dos restos a pagar na UFC por Grupo de Despesa. Constata-se que o grupo de despesa com maior saldo de restos a pagar ao final do exercício de 2020 é o grupo Outras Despesas Correntes (74,31%).

Tabela 30 - Restos a Pagar - por Unidade Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo em 31/12/2020	AV	R\$
Investimentos	19.578.676,18	13.028.265,57	12.977.457,82	1.884.950,91	4.716.267,45	25,69%	
Outras Despesas Correntes	52.296.504,72	27.466.986,00	26.841.715,63	11.813.432,00	13.641.357,09	74,31%	
Pessoal e Encargos Sociais	2.782,88	0,00	0,00	2.782,88	0,00	0,00%	
TOTAL	71.877.963,78	40.495.251,57	39.819.173,45	13.701.165,79	18.357.624,54	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial, 2020.

8 NOTA EXPLICATIVA SOBRE DESPESAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO À CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA COVID-19

Em 2020, o Congresso Nacional reconheceu, por meio do [Decreto Legislativo nº 06 de 2020](#), para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, em razão da pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19). Com o advento do referido decreto legislativo, os órgãos ficaram dispensados do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da [Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019](#), e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), comumente conhecida como LRF.

O Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente da pandemia foi reconhecido pela [Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020](#), e denominado “Orçamento de Guerra”. Para o custeio das ações, créditos extraordinários no âmbito do Ministério da Educação foi aprovada a [MPV 941/2020 - Congresso Nacional](#), posteriormente convertida na [Lei nº 14.032 de 04 de agosto de 2020](#).

Por meio da MP nº 941/2020 foi aberto crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, Saúde e Cidadania. Os recursos provenientes da MP nº 941/2020 devem ser integralmente utilizados em despesas relacionadas à emergência resultante da Covid-19, e alocados em programações das respectivas unidades orçamentárias na ação “**21C0 – Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus**”

O Tribunal de Contas da União (TCU) se manifestou, por meio do [Acórdão nº 3225/2020 - PLENÁRIO](#), acerca dos impactos normativos, orçamentários e fiscais das medidas adotadas para enfrentamento da pandemia da Covid-19. No mencionado acórdão, o TCU fez recomendação ao Ministério da Economia no sentido de que, por meio dos órgãos centrais de orçamento e contabilidade,



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

orientasse aos setoriais federais e entes subnacionais, acerta da correta aplicação das regras do “Orçamento de Guerra”.

Em relação ao acórdão do TCU mencionado no parágrafo anterior destaca-se o seguinte trecho (item 9.1.3):

As dotações autorizadas com base no Regime Extraordinário Fiscal (EC 106/2020) devem seguir as regras gerais de empenho, liquidação e pagamento previstas na LDO 2020, na LRF, nos arts. 2º e 34 da Lei 4.320/1964 e no art. 27 do Decreto 93.872/1986, sendo possível admitir, no caso de despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes cujo cumprimento do objeto esteja em curso ou apenas possa ocorrer em outro exercício, flexibilização dessas regras em situações excepcionais, formalmente justificadas, nas quais fique caracterizado que a urgência no atendimento às necessidades da sociedade decorrentes da pandemia de Covid-19 seja incompatível com o regime regular de execução, observando-se as seguintes condições:

- *O empenho pode ser feito para a parcela do exercício em curso e para as parcelas que serão executadas até 31 de dezembro de 2021, mediante inscrição em restos a pagar;*
- *Não executado o contrato, convênio, acordo ou ajuste até 31 de dezembro de 2021, os restos a pagar deverão ser cancelados e a continuidade na execução do instrumento dependerá de o órgão incluir em suas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes as dotações necessárias para esse fim e da aprovação dessas propostas pelo Congresso Nacional por meio da respectiva Lei Orçamentária Anual.*

No contexto das orientações emanadas pelo TCU, sobreveio o [Decreto nº 10.579, de 18 de Dezembro de 2020](#), onde foram estabelecidas regras para a inscrição de restos a pagar das despesas de que trata o art. 5º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020. Um importante ponto do citado decreto é a necessidade de que os ministérios e demais órgãos, que eventualmente se utilizarem das regras excepcionais estabelecidas para os restos a pagar do “Orçamento de Guerra”, deem publicidade em seus portais da internet das informações sobre os restos a pagar.

Uma vez apresentadas as orientações e regras para os restos a pagar referentes ao “Orçamento de Guerra”, convém informar que, no âmbito da UFC, não foram inscritos restos a pagar referentes às dotações a que se referem o art. 5º da Emenda Constitucional nº 106, identificadas pela Ação Orçamentária 21C0. Para fins de transparência, as informações acerca das contratações relacionadas ao enfrentamento da pandemia da Covid 19, são apresentadas na página da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração através do link: <https://proplad.ufc.br/pt/licitacoes/contratacoes-covid-19-lei-no-13-979-2020/>.

Os recursos executados pela UFC referentes à ação orçamentária 21C0 foram descentralizados pelo Ministério da Educação por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED). Como pode ser observado na Tabela 31, O valor da descentralização recebida foi executado de forma integral no exercício de 2020, cumprindo as três fases da execução da despesa (empenho, liquidação e pagamento). Convém ressaltar que a maior parcela dos recursos (66%) foi destinada às despesas correntes.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Tabela 31 - Execução Orçamentária - Recursos da ação 21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública

Origem do Orçamento	Ação de Governo	Grupo de Despesas	Descentraliz ações Recebidas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	AV
Ministério da Educação	21C0 - Enfrentamento Da Emergência De Saúde Pública De Importância	Outras Despesas Correntes	2.605.082,55	2.605.082,55	2.605.082,55	2.605.082,55	66%
		Investimentos	1.343.781,46	1.343.781,46	1.343.781,46	1.343.781,46	34%
Total			3.948.864,01	3.948.864,01	3.948.864,01	3.948.864,01	100%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2020

Na Tabela 32 são apresentados os valores das despesas pagas utilizando-se a dotação orçamentária referente à Ação 21C0.

Tabela 32 - Despesas pagas na ação orçamentária 21C0 por natureza de despesas

Natureza Despesa Detalhada	Despesas Pagas	AV
MATERIAL LABORATORIAL	1.742.483,10	44,13%
APAR.EQUIP.UTENS.MED., ODONT, LABOR.HOSPIT.	802.434,82	20,32%
MATERIAL HOSPITALAR	449.521,90	11,38%
EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	216.216,54	5,48%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	193.900,00	4,91%
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	179.228,60	4,54%
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	127.289,25	3,22%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	123.054,00	3,12%
Demais naturezas de despesa	114.735,80	2,91%
Total	3.948.864,01	1,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2020

Conforme apresentado na Tabela 32, a maior parte dos valores referentes aos recursos da Ação Orçamentária 21C0 foram destinados à aquisição de Material Hospitalar (44,13%), onde se destaca a aquisição de testes para detecção de covid 19, no valor total de R\$ 1.413.300,00. Outro item representativo em relação ao total de despesas foi o gasto com a aquisição de Equipamentos Médicos, Utensílios Laboratoriais e Hospitalares (20,32%). Informações detalhadas sobre as compras efetuadas com os recursos da referida ação orçamentária podem ser consultadas por meio do link: <https://proplad.ufc.br/pt/licitacoes/contratacoes-covid-19-lei-no-13-979-2020/>.

Além dos recursos descentralizados pelo Ministério da Educação na Ação Orçamentária 21C0, também foram alocados recursos do orçamento da própria UFC em despesas relacionadas diretamente ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid 19. A Tabela 33 apresenta a execução orçamentária dos recursos do orçamento da UFC destinados ao enfrentamento da pandemia de Covid 19, segregando-se os valores de despesas correntes e investimentos.

Tabela 33 - Execução Orçamentária de recursos da UFC destinados ao enfrentamento da pandemia de Covid 19

Grupo Despesa	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPMP
INVESTIMENTOS	119.400,00	119.399,07	87.891,75	87.891,75	31.507,32
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.624.262,00	3.608.926,83	3.176.278,47	3.176.278,47	432.648,36
Total Geral	3.743.662,00	3.728.325,90	3.264.170,22	3.264.170,22	464.155,68



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Fonte: Tesouro Gerencial, 2020

Na Tabela 34 apresenta-se a execução orçamentária por natureza de despesas detalhada, dos recursos do orçamento da UFC destinados diretamente ao enfrentamento da pandemia de Covid 19.

Tabela 34 - Execução Orçamentária de recursos da UFC destinados ao enfrentamento da pandemia de Covid 19 por Nat. de Despesas

NATUREZA DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP	% EM RELAÇÃO AO TOTAL EMPENHADO
BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS	3.084.866,25	3.063.000,00	3.063.000,00	21.866,25	82,74%
MATERIAL QUIMICO	171.994,09			171.994,09	4,61%
TELEFONIA FIXA E MOVEL - PACOTE DE COMUNICACAO DE DADOS	119.310,50			119.310,50	3,20%
MATERIAL HOSPITALAR	116.793,24	617,72	617,72	116.175,52	3,13%
MATERIAL LABORATORIAL	99.253,90	98.759,90	98.759,90	494,00	2,66%
APAR.EQUIP.UTENS.MED., ODONT, LABOR.HOSPIT.	76.458,90	74.778,23	74.778,23	1.680,67	2,05%
DEMAIS NATUREZAS DE DESPESAS	59.649,02	27.014,37	27.014,37	32.634,65	1,60%
Total Geral	3.728.325,90	3.264.170,22	3.264.170,22	464.155,68	100%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2020

Conforme apresentado na Tabela 34, o valor mais relevante (82,74% do valor empenhado) do orçamento da UFC utilizado em ações para enfrentamento das consequências da pandemia de Covid 19, foi empenhado na natureza de despesas de Bolsas de Estudos no País. Os valores empenhados nessa natureza de despesas são referentes ao Auxílio Inclusão Digital para os discentes da UFC. Este auxílio consiste em uma ajuda financeira de R\$ 1.500,00 por beneficiário, para a aquisição de equipamentos (computador ou tablet) de acesso à Internet.

9 NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O resultado patrimonial apurado no exercício de 2020 na DVP apresentou-se superavitário em R\$ 19.882.206,07. Ao final do exercício de 2019, o resultado patrimonial foi deficitário em R\$ 236.810.497,01. Assim, comparando-se os resultados dos dois períodos, pode-se perceber que houve uma redução do déficit ao final do ano de 2020 de 108,40%, o que tornou o resultado de 2020 superavitário. Esse relevante decréscimo do déficit foi decorrente, principalmente, da mudança instituída pela STN em 2019, na sistemática de prestação de contas dos valores recebidos através de Termos de Execução Descentralizada - TED pela UFC. A contrapartida do reconhecimento do passivo referente a obrigação de prestação de contas com os órgãos descentralizadores de recursos foi uma VPD, registrada no primeiro trimestre de 2019. Isto impactou, de forma relevante, o resultado do exercício de 2019, o que não se repetiu em 2020.

A Seguir serão detalhados os itens mais relevantes da DVP:

9.1 Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências Intragovernamentais Recebidas são as VPAs mais representativas, sendo responsáveis por aproximadamente 95% do total acumulado de VPAs durante o exercício de 2020. Essas variações são decorrentes, basicamente, do valor das remessas de recursos financeiros oriundos do Ministério da Educação (MEC) para pagamento de despesas do exercício vigente e de exercícios anteriores. Também compõe a movimentação no período, o recebimento de recursos de órgãos pertencentes a estrutura de outros ministérios, para pagamento de compromissos relacionados a TEDs. O volume de recebimentos de recursos provenientes de outros ministérios é maior no Hospital Universitário e na Maternidade Escola. O reconhecimento dessas VPAs provocou reflexo no balanço patrimonial, sobretudo na conta limite de saque que faz parte do grupo do Ativo Circulante.

No âmbito das Transferências e Delegações Recebidas, cabe ressaltar o acréscimo apresentado nas variações aumentativas referentes ao item Outras Transferências e Delegações Recebidas. Em 2020 os valores desse tipo de variação foram 262,97% superiores ao exercício de 2019. Essa variação é decorrente, sobretudo, do recebimento pela unidade do Hospital Universitário (HU), de materiais distribuídos pelo MS/SESA/SMS, para distribuição no âmbito do HU. A contrapartida do registro dessa variação aumentativa é o aumento do valor do grupo estoques, no ativo circulante.

9.2 Valorização e ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

As VPA's desse grupo apresentaram, ao final do exercício de 2020, valores 34,98% inferiores ao 2019. A Tabela 35 demonstra a comparação dos saldos ao final do exercício de 2020 com o mesmo período de 2019.

Tabela 35 - Detalhamento do saldo das contas do Grupo Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Conta Contábil	31/12/2020	31/12/2019	AH
Ganhos com alienação	61.716,95	0,00	
Ganhos com desincorporação de passivos	80.902.925,58	98.487.695,89	-17,85%

R\$



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Ganhos com incorporação de ativos	3.586.639,45	31.495.573,70	-88,61%
Reavaliação de Ativos	3.105.802,28	4.838.409,97	-35,81%
Total do Grupo	87.657.084,26	134.821.679,56	-34,98%

Fonte: SIAFI 2020, SIAFI 2019

Conforme pode ser observado na Tabela 35, em termos percentuais, a variação mais relevante no exercício de 2020 em relação ao de 2019, ocorreu na conta Ganhos com Incorporação de Ativos. A variação nesta conta é decorrente, principalmente, da incorporação através do sistema de controle de bens imóveis SPIUNET, de novos imóveis.

Durante o exercício de 2019 houve um volume maior de registros de incorporações de bens imóveis por meio do SPIUNET, quando comparado ao exercício de 2020. Cabe ressaltar que antes do registro do reconhecimento do ganho com a incorporação do imóvel, é realizada a baixa do valor de obras em andamento que tem como contrapartida o registro de uma VPD com perda com desincorporação de ativos.

Uma das razões que ocasionou o menor volume de incorporações de imóveis por meio do SPIUNET em 2020, foi a manutenção de saldos alongados em contas transitórias de obras em andamento. Apesar de muitas obras estarem concluídas não foi possível efetuar a baixa dos valores das contas transitórias de obras em andamento e registro na conta definitiva de bens imóveis. Essa situação ocasionou o registro de restrição conformidade contábil do mês de dezembro/2020 e motivou uma das ressalvas da [Declaração do Contador](#).

9.3 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações desse tipo apresentaram valores 141,67% maiores em 2020, quando comparado ao exercício anterior. Isso decorre principalmente de um volume maior em 2020 de arrecadação de receitas de Outros Ressarcimentos. As razões que levaram a um aumento da arrecadação desse tipo de receita são apresentadas na Nota Explicativa do Balanço Orçamentário (Item 1)

9.4 Pessoal e Encargos

Esse grupo de VPDs representa 45,61% do total de variações diminutivas registradas durante o exercício de 2020. Dentro do grupo de Pessoal e Encargos, o item mais relevante é o de Remuneração a Pessoal, onde são registrados os valores de despesas com a folha de pagamento de pessoal ativo. Os valores do grupo Pessoal e Encargos apresentaram um decréscimo de 2,05% quando se compara o saldo ao final do exercício de 2020 com o mesmo período de 2019.

9.5 Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As Variações Patrimoniais desse grupo representam 28,82% do total de variações diminutivas registradas durante o exercício de 2020. Neste grupo, os valores mais relevantes são referentes a aposentadorias e reformas, onde são registradas as despesas com a folha de pagamento



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

de pessoal inativo. Os valores desse grupo apresentaram um acréscimo de 6,25% quando se compara o saldo acumulado no final do exercício de 2020 com o mesmo período de 2019.

Nesse grupo de VPDs, o item Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais apresentou uma variação de 1.595% quando se compara as variações registradas durante o exercício de 2020 com o exercício anterior. Essa variação, relevante em termos percentuais, ocorreu devido à atualização do Plano de Contas em 2020. Foi realizada alteração da conta contábil de VPD utilizada no registro das despesas realizadas com benefícios de pessoal referente ao ressarcimento de assistência médica e odontológica. Em 2019 as despesas dessa natureza eram registradas no item Benefícios a Pessoal do Grupo Pessoal e Encargos.

9.6 Transferências e Delegações Concedidas

Durante o exercício de 2020 as VPDs deste grupo foram 17,70% menores quando comparado ao ano de 2019. Esta redução é decorrente, principalmente, do registro no primeiro trimestre de 2019 da transferência de bens imóveis da UFC para Universidade Federal do Cariri (UFCA) no valor total de 37,6 milhões. A contrapartida desta variação patrimonial diminutiva foi a redução do saldo da conta de bens imóveis.

9.7 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

As Variações Patrimoniais deste grupo apresentaram uma redução de 78,29% quando se compara o saldo acumulado ao final do exercício de 2020 com o mesmo período de 2019. A variação mais relevante nesse grupo ocorreu na conta de Incorporação de Passivos que teve uma redução de 79,25% decorrente, principalmente, da mudança de critério de escrituração contábil dos Termos de Execução Descentralizadas – TEDs, que ocorreu no primeiro trimestre de 2019. Com a adoção do novo critério de contabilização, são reconhecidos passivos nos valores dos termos celebrados com outros órgãos que ainda estejam pendentes de prestação de contas. A contrapartida do reconhecimento desse passivo foi registrada, em sua integralidade como VPD no primeiro trimestre de 2019, impactando, de forma significativa, o resultado patrimonial do exercício de 2019.

10 NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

A seguir serão detalhados os itens mais relevantes do Balanço Financeiro (BF) do exercício de 2020.

10.1 INGRESSOS: Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias arrecadadas durante o exercício de 2020 totalizaram R\$ 6.251.883,88, que correspondem à 0,28% do total dos ingressos no Órgão nesse período. A pequena participação das Receitas Orçamentárias (receitas próprias) evidencia que a UFC é mantida basicamente por transferências financeiras recebidas através de repasses do Órgão superior (26000 - MEC).



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os ingressos desse grupo correspondem aos ingressos de receitas derivadas e originárias, do fluxo de caixa das operações somados aos ingressos de alienação de bens no fluxo de caixa das atividades de investimento. Por sua vez, no Balanço Orçamentário, os valores arrecadados no exercício são apresentados no quadro das receitas.

10.2 INGRESSOS: Transferências Financeiras Recebidas

O montante das transferências recebidas pelo Órgão durante o exercício de 2020 foi de R\$ 1.931.641.188,72 que representa o repasse recebido do Ministério da Educação e de órgãos vinculados a outros ministérios.

A Tabela 36 detalha os repasses financeiros recebidos por ministério de origem dos recursos. Nota-se que a quase totalidade dos recursos financeiros recebidos pelo órgão em 2020 são oriundos do Ministério da Educação. Esses recursos são utilizados no pagamento das despesas custeadas com fonte de recursos arrecadados pelo tesouro nacional. Os recursos financeiros recebidos de outros ministérios são referentes aos repasses vinculados à TEDs.

Tabela 36 - Repasses recebidos em 2020

Ministério de origem dos recursos	Valor recebido em 2020	AV
MINISTERIO DA EDUCACAO	1.644.728.626,14	99,22%
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	8.222.360,46	0,50%
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA	2.215.149,48	0,13%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1.520.481,60	0,09%
MINISTERIO DA SAUDE	829.000,00	0,05%
MINISTERIO DA CIDADANIA	66.028,00	0,00%
Total dos repasses recebidos	1.657.581.645,68	100,00%

Fonte: SIAFI 2020.

Os sub-repasses concedidos pela unidade gestora da UFC às unidades do Hospital Universitário e Maternidade Escola totalizaram R\$ 232.195.206,22.

Também se inclui nas transferências financeiras recebidas, aquelas para pagamento de restos a pagar, no valor de R\$ 40.209.532,27 e movimentações de saldos patrimoniais provenientes de outras unidades gestoras pertencentes ao governo federal, no valor de R\$ 1.651.040,72.

Esse grupo corresponde, na Demonstração de Fluxo de Caixa, às transferências financeiras recebidas que fazem parte dos ingressos do fluxo de caixa das atividades das operações.

10.3 INGRESSOS: Recebimentos Extraorçamentários

Os ingressos extraorçamentários, no total de R\$ 172.973.337,08, correspondem à 7,74% do total dos ingressos do órgão, sendo o maior montante (98.192.917,34) referente aos valores do item Inscrição dos Restos a Pagar Processados, que são despesas que cumpriram em 2020 as duas primeiras fases de execução da despesa (empenho e liquidação), mas o pagamento ocorreu/ocorrerá no exercício seguinte. A parte mais representativa desses valores inscritos em restos a pagar processados, refere-se à folha de pagamento de pessoal do mês de dezembro, que foi paga no primeiro dia útil de janeiro/2021.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

Outro valor relevante desse grupo de recebimentos refere-se à inscrição de restos a pagar não processados (cumpriram apenas a primeira fase da execução da despesa pública). No momento do encerramento do exercício de 2020, foram inscritos em restos a pagar não processados empenhos no valor total de R\$ 71.160.765,53.

O Art. 103, da Lei 4.320/64, dispõe que "Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária ", pois "pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhada" nos termos do art. 35, II, Lei nº 4.320/64.

10.4 DISPÊNDIOS: Despesas Orçamentárias

Os dispêndios referentes às despesas orçamentárias, no valor de R\$ 1.730.049.843,14, correspondem a 77,45% do total dos dispêndios do órgão, sendo 36,71% referente a despesas ordinárias e 40,73% referente às despesas vinculadas. Nesse grupo, destaca-se a variação ocorrida no item Seguridade Social (Exceto Previdência), que apresentou dispêndios 341,88% superiores no exercício de 2020 quando comparado ao exercício de 2019.

A classificação das despesas orçamentárias em ordinárias e vinculadas é feita de acordo com a fonte de recursos utilizada no empenho. A Tabela 37 apresenta os valores das despesas orçamentárias em 2020 por tipo de despesas (vinculada ou ordinária) e por fonte de recursos.

O Manual Técnico do Orçamento (MTO 2020), disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2020:cap3>, conceitua receitas ordinárias e vinculadas da seguinte forma:

***Destinação vinculada:** processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. Há, ainda, ingressos de recursos em decorrência de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos. Esses recursos também são vinculados, pois foram obtidos com finalidade específica - e à realização dessa finalidade deverão ser direcionados.*

***Destinação não vinculada (ou ordinária):** é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, desde que dentro do âmbito das competências de atuação do órgão ou entidade.*

Tabela 37 - Despesas orçamentárias por fonte de recursos

Tipo de despesas	Fonte de Recursos	Dispêndios durante o exercício de 2020	AV %
ORDINÁRIAS	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	817.954.582,14	47,28%
	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	2.164.736,95	0,13%
	SUBTOTAL	820.119.319,09	47,40%
VINCULADAS	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST. EDUCACAO PUBL.E SAUDE	40.701.909,65	2,35%
	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	39.929.522,10	2,31%
	CONTRIBUICAO DO SALÁRIO-EDUCACAO	11.811.163,57	0,68%
	RECURSOS PROG.ADM.PATRIM. IMOBIL.-MIN.ECONOMIA	233.280,00	0,01%
	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	1.442.770,82	0,08%
	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOUREO NACIONAL	162.214.008,11	9,38%
	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	4.889.123,05	0,28%
	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	367.949.585,25	21,27%
	REC.DEST.AS ATIVIDADES-FINS SEGURIDADE SOCIAL	954.740,27	0,06%
	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	92.604.239,74	5,35%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

REC.PROP. DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB.	205.039,00	0,01%
CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC. SERV.	173.538.115,52	10,03%
TX/MUL.P/PODER DE POLÍCIA E MUL.PROV.PROC.JUD	125.840,00	0,01%
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	480.600,00	0,03%
PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	1.000.000,00	0,06%
REC.VINC.APLIC.POLITICAS PUBLICAS ESPECIFICAS	11.420.546,81	0,66%
PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	430.040,16	0,02%
SUBTOTAL	909.930.524,05	52,60%
Total	1.730.049.843,14	100,00%

Fonte: SIAFI 2020

O item Dívida Pública das despesas vinculadas, refere-se aos dispêndios feitos com dotação orçamentária proveniente de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional (vide Tabela 37). Convém ressaltar que a utilização de recursos provenientes de dívida pública para custear despesas da UFC não ocorreu no exercício de 2019, configurando-se, portanto, em uma situação atípica para o exercício de 2020.

10.5 DISPÊNDIOS: Transferências Financeiras Concedidas

O montante das transferências concedidas pelo órgão no exercício de 2020 foi de R\$ 246.637.995,62, que corresponde a 11,04% do total dos dispêndios. Os valores registrados nesse grupo referem-se à: repasse concedido à Fundação Universidade Federal do Sergipe para pagamento de servidor daquela universidade que prestou serviços à UFC, no valor de R\$ 4.275,52; contrapartida de sub-repasse concedido pela UFC ao Hospital Universitário e à Maternidade Escola no montante de R\$ 232.195.206,22; transferências concedidas para pagamento de restos a pagar, no total de R\$ 10.531.056,72 e movimento de saldos patrimoniais no valor de R\$ 2.518.018,45. Este último item refere-se, sobretudo, à movimentação de devolução de créditos de folha de pagamento e devolução de auxílio financeiro ao estudante.

O item Demais Transferências Concedidas, no valor de R\$ 1.389.438,71, é referente à devolução de recursos financeiros não utilizados, oriundos da celebração de TEDs com outros órgãos do governo federal.

10.6 DISPÊNDIOS: Pagamentos Extraorçamentárias

Os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 144.999.367,57 correspondem à 6,49% do total dos dispêndios do órgão, sendo a maior parte referente ao pagamento de restos a pagar processados, que totalizou no exercício de 2020 R\$ 104.019.727,62. Este montante é decorrente, principalmente, do pagamento da folha de pessoal de dezembro/2019, inscrita como restos a pagar processados (liquidada em dezembro/2019), que ocorreu no primeiro dia útil de 2020.

Comparando-se os dispêndios extraorçamentários realizados em 2020 com os realizados em 2019, observa-se uma redução de 21,65% que resulta, principalmente, de um pagamento menor em 2020, de valores inscritos em restos a pagar (processados e não processados).

11 NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

A seguir serão detalhados os itens mais relevantes da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) do exercício de 2020.

11.1 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Transferências Financeiras Recebidas

As transferências financeiras representam quase a totalidade (99,52%) dos ingressos de recursos financeiros no exercício de 2020. A seguir são detalhados os componentes mais relevantes do grupo Transferências Financeiras Recebidas.

O montante R\$ 1.657.581.645,68 refere-se aos repasses recebidos, que são recursos recebidos por meio de transferências financeiras de outros órgãos do governo federal, especialmente do MEC, correspondentes ao orçamento atual.

Compõe também esse grupo de ingresso, o valor de R\$ 40.209.532,27 recebido para pagamento de restos a pagar.

Embora seja referente a movimentações financeiras entre unidades gestoras do órgão, o valor de R\$ 232.195.206,22 de recursos financeiros transferidos da unidade gestora da UFC para o Hospital Universitário e para a Maternidade Escola, também compõe o total das transferências financeiras recebidas, conforme citado no item de Ingressos: Transferências Financeiras Recebidas da Nota Explicativa do Balanço Financeiro.

11.2 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Ingressos – Outras Receitas Derivadas e Originárias

Os ingressos desse grupo tiveram um acréscimo de 628%, quando se compara o exercício de 2020 com o exercício de 2019. Os ingressos nesse grupo são referentes à arrecadação de receitas próprias provenientes de: Multas Contratuais, Indenizações; Restituições e Ressarcimentos. Ao contrário do que ocorreu com as demais receitas, para esse grupo de receitas, durante o ano de 2020 foram arrecadados valores superiores ao que foi arrecadado em 2019.

A nota explicativa do Balanço Orçamentário apresenta mais detalhes acerca do desempenho da arrecadação de receitas.

11.3 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - Desembolso: Educação

Os dispêndios mais relevantes são relacionados à função de governo Educação, que corresponde à 48,57% do total dos dispêndios realizados ao longo do exercício de 2020. Isso se explica por se tratar de uma instituição de ensino.

Nessa função de governo, os dispêndios do grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais totalizam R\$ 746.745.231,54. Já as despesas do grupo Outras Despesas Correntes totalizam R\$ 192.957.920,85, sendo R\$ 170.760.946,59 referente à execução do orçamento de 2020 e R\$ 22.196.974,26 referente ao pagamento de restos a pagar. Convém ressaltar que os dispêndios cuja classificação orçamentária da despesa traz a modalidade de aplicação Aplicações Diretas - Operações Internas, que são pagamentos intraorçamentários, são contabilizados como transferências



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2020

intragovernamentais concedidas, por se tratar de operações entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

11.4 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - Desembolso: Previdência Social

Outra função de governo com dispêndios relevantes é a função Previdência Social. Essa função de governo apresentou dispêndios no exercício de 2020 no valor de R\$ 568.774.264,93, que representa 29,40% do total dos dispêndios. Os dispêndios dessa natureza são relacionados aos pagamentos de aposentadorias, pensões e sentenças judiciais.

11.5 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Desembolsos – Transferências Concedidas – Intragovernamentais

São registrados nesse grupo os desembolsos feitos para outros órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Dentro desse grupo, o item mais relevante, no valor total de R\$ 157.926.816,24, é o pagamento da obrigação patronal do regime próprio de previdência dos servidores públicos federais (PSS – Patronal).

11.6 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: Desembolsos - Aquisição de Ativo Não Circulante

Este grupo representa o total dos dispêndios relacionados as atividades de investimento feitos durante o ano de 2020. Neste grupo, os itens mais relevantes são os pagamentos referentes a obras e instalações e aquisição de material permanente que correspondem a 8,68% e a 85,10%, respectivamente, do total de desembolsos para aquisição de ativos não circulantes.

Durante o ano de 2020 foram desembolsados R\$ 4.420.760,88 referente a empenhos de 2020 e R\$ 13.205.294,47 referente ao pagamento de restos a pagar. Portanto, aproximadamente 75% dos valores desembolsados para na aquisição de ativos não circulantes são referentes a empenhos de exercícios anteriores, inscritos em restos a pagar.